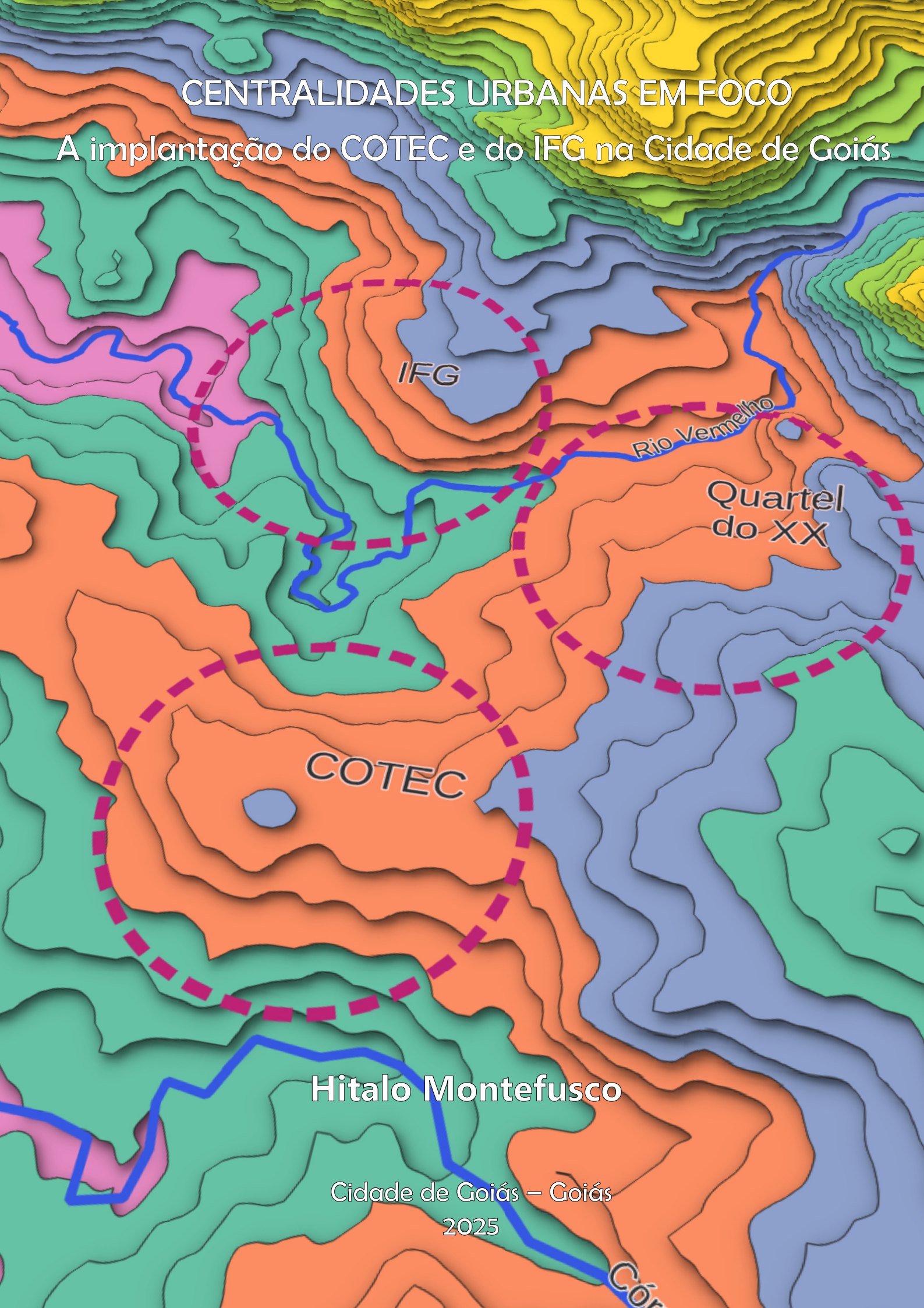


CENTRALIDADES URBANAS EM FOCO

A implantação do COTEC e do IFG na Cidade de Goiás



IFG

Rio Vermelho

Quartel do XX

COTEC

Hitalo Montefusco

Cidade de Goiás - Goiás
2025

Cór

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (UAECSA)

HITALO FERREIRA MONTEFUSCO

CENTRALIDADES URBANAS EM FOCO: A implantação do COTEC e do IFG na Cidade de Goiás

Cidade de Goiás – Goiás

2025

Processo:

Documento:

23070.033500/2025-66

5467325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Hitalo Ferreira Montefusco

Título do trabalho: Centralidades Urbanas em Foco: A implantação do COTEC e do IFG na Cidade de Goiás

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(a)(s) autor(a)(es)(as) e ao(a) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **David Alves Finotti Camardelli De Azeredo, Professor do Magistério Superior-Substituto**, em 01/07/2025, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hitalo Ferreira Montefusco, Discente**, em 01/07/2025, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5467325** e o código CRC **A82A3477**.

HITALO FERREIRA MONTEFUSCO

Centralidades urbanas em foco: A implantação do COTEC e do IFG na cidade de Goiás.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo, da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas (UAECSA), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): David Alves Finotti Camardelli de Azerêdo

Cidade de Goiás – Goiás

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Montefusco, Hitalo Ferreira

Centralidades Urbanas em Foco [manuscrito] : A implantação do COTEC e do IFG na cidade de Goiás / Hitalo Ferreira Montefusco. - 2025.

81 f.: il.

Orientador: Prof. David Alves Finotti Camardelli de Azerêdo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Arquitetura e Urbanismo, Cidade de Goiás, 2025.
Bibliografia.

Inclui siglas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Justiça espacial. 2. Centralidades Urbanas. 3. Análise Urbana. I. Azerêdo, David Alves Finotti Camardelli de, orient. II. Título.

CDU 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao um dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) intitulado “Centralidades Urbanas em Foco: A implantação do COTEC e do IFG na Cidade de Goiás”, de autoria de Hitalo Ferreira Montefusco, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas do Câmpus Goiás da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo Me. David Alves Finotti Camardelli de Azerêdo – orientador (UAECSA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Marcos Vinícius Cortes Ferreira(UAECSA/UFG) e Rafael Moreira do Carmo (IFG/Câmpus Cidade de Goiás). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 8,5, tendo sido o TCC II considerado aprovado.

O professor Rafael Moreira do Carmo destacou a necessidade de inserir nas referências bibliográficas os autores efetivamente citados no texto, visto que alguns foram mencionados sem constar na lista final. Apontou também a necessidade de revisar o posicionamento das figuras e tabelas no corpo do texto. Reconheceu também a importância do tema e vínculo da pesquisa com a Cidade de Goiás, recomendando levar o trabalho para uma sequência no mestrado.

O professor Marcos Marcos Vinícius Cortes reforçou a questão da ausência das referências e o posicionamento de figuras e tabelas no texto. E reconheceu a evolução do trabalho em relação ao que foi apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso I.

O professor David Alves Finotti Camardelli de Azerêdo, orientador do trabalho, parabenizou o discente pelo esforço e pelo desafio na escolha do tema e busca de dados, reconhecendo o mérito dessa conquista. Concordeu com os apontamentos feitos pelos demais membros da banca.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **David Alves Finotti Camardelli De Azeredo**, Professor do **Magistério Superior-Substituto**, em 01/07/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Cortes Ferreira**, Professor do **Magistério Superior-Substituto**, em 01/07/2025, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5467318** e o código CRC **FD917DD5**.

DEDICATÓRIA

Dedico esta peça à minha companheira Ruth, por ter visto algo que ninguém viu.

AGRADECIMENTOS

Isso será longo, o trabalho a seguir é resultado de muitas garrafas de café, conversas nos corredores, diálogos sem fim sobre a cidade de Goiás e como ela chegou nessa forma.

Seria necessário um extenso trabalho para listar todas as pessoas que permitiram que esse momento ocorresse, mas começo por mamãe e sua insistência em demonstrar que lutar leva ao êxito. Depois tem a Julia uma pessoa incrível que merece um mundo justo. Chegamos na Geni, coordenadora pedagógica do CMEI que Julia estudava, sem o apoio dela teria perdido a vaga do curso e não estaria aqui.

Já devidamente discente é necessário valorizar o papel que os técnicos desempenham para o bom funcionamento da universidade. Ao longo do curso tive a oportunidade de interação com muitos professores, posso ter aprendido o tanto quanto menos que o esperado, mas de certo que dessas interações surgiram participações em pesquisas e projetos, aprendi a pular o Córrego Chapéu de Padre com a professora Preta.

Agradeço mesmo que as situações tenham sido muito diferente das condições normais de temperatura e pressão, é isso. Obrigado.

EPIGRÁFE

“A educação é o caminho do futuro do País” Lula, 2023

RESUMO

Goiás, cidade inventada para ser grandiosa e tombada como patrimônio mundial, caminha para se consolidar como centro de ensino, acolhendo quatro grandes instituições de ensino superior, técnico e profissionalizante. Este trabalho investiga o papel do Instituto Federal de Goiás (IFG) e do Colégio Tecnológico de Goiás (COTEC) na mudança da centralidade urbana local. O deslocamento da sede do IFG para um bairro em ocupação e a inserção do COTEC num centro comercial configuram diferentes formas de impacto na organização espacial local.

A pesquisa busca entender os fluxos de pessoas, serviços e bens de consumo gerados pela presença das instituições. A investigação dos aspectos econômicos, políticas públicas e gestão territorial busca contribuir para responder à questão central: a implantação dessas instituições em Goiás promove justiça espacial?

A nível de bairro, a análise urbana será utilizada para identificar a ocupação, dispersão econômica e impactos da presença das instituições. A nível regional, investigaremos o perfil e o possível deslocamento de profissionais e alunos para essas instituições.

Palavras-chave: Justiça espacial; Centralidades Urbanas; Análise Urbana.

ABSTRACT

Goiás, a city conceived to be grand and designated as a World Heritage site, is moving towards consolidation as an educational center, welcoming four major institutions of higher education, technical and vocational training. This work investigates the role of the Federal Institute of Goiás (IFG) and the Technological College of Goiás (COTEC) in changing the local urban centrality. The relocation of IFG headquarters to a residential neighborhood and the insertion of COTEC into a commercial center configure different ways of impacting the local spatial organization.

The research aims to understand the flows of people, services and consumer goods generated by the presence of these institutions. Investigating economic aspects, public policies and territorial management seeks to contribute to answering the central question: do the implantation of these institutions in Goiás promote spatial justice?

At a neighborhood level, urban analysis will be used to identify occupation, economic dispersal and impacts of the presence of institutions. At a regional level, we will investigate the profile and possible displacement of professionals and students to these institutions.

Keywords: Spatial Justice; Urban centrality; Urban analysis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Planta da cidade de Goyaz, 1867.....	16
Figura 2. Perímetros de tombamento e Imóveis Tombados do IPHAN.....	18
Figura 3. Perímetro Urbano Legal da Cidade de Goiás.....	19
Figura 4. Mapa das Instituições Públicas na cidade de Goiás.....	22
Figura 5. Quantidade de Estabelecimentos por Setores Censitários.....	26
Figura 6. Estabelecimentos Comerciais, Serviços e setores censitários.....	27
Figura 7. Expansão das Universidades Federais.....	32
Figura 8. A expansão da rede de Institutos Federais.....	33
Figura 9. Região de influência de Goiânia/GO.....	36
Figura 10. Localização das sedes e ações do COTEC no ESTADO.....	38
Figura 11. Sedes do COTEC na cidade de Goiás.....	39
Figura 12. Origem dos alunos matriculados no IFG de 2022 a 2024.....	44
Figura 13. Mapa de questionários aplicados dentro dos setores censitários que tocam as áreas de estudo.....	49
Figura 14. Tabela de cores para as fachadas dentro do perímetro tombado.....	52
Figura 15. Centralidade do Quartel do XX.....	53
Figura 16. Centralidade do IFG.....	57
Figura 17. Centralidade do COTEC.....	58
Figura 18. Macrozonas propostas para Goiás.....	59
Figura 19. Estimativa de densidade populacional na área de estudo.....	61
Figura 20. Mapa de localização dos equipamentos públicos, rotas de ônibus e bens imateriais.....	63
Figura 21. Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.....	69
Figura 22. Classificação de acordo com CNAE.....	71
Figura 23. Mapa de uso do solo.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tabela do método.....	28
Tabela 2. Dimensões, categorias e indicadores para análise da centralidade e em Goiás.....	29
Tabela 3. Cronograma	30
Tabela 4. Impactos da implantação ao longo do tempo.	35
Tabela 5. Ações realizadas no COTEC de Goiás em 2024	40
Tabela 6. Cursos de capacitação oferecidos pelo COTEC em Goiás, 2025	40
Tabela 7. Cursos de qualificação oferecidos pelo COTEC em Goiás, 2025	40
Tabela 8. Salas destinadas e capacidade de alunos do IFG cidade de Goiás.....	43
Tabela 9. Quadro de postos de trabalho do IFG cidade de Goiás.	43
Tabela 10. Tabela de Origem dos servidores por estado	45
Tabela 11. Domicílio dos docentes.....	45
Tabela 12. Domicílios dos Técnicos-Administrativos.....	45
Tabela 13. Classificação das empresas pelo porte	73
Tabela 14. Classificação das empresas pelo porte	74
Tabela 15 - Diferença entre Capacitação, Qualificação, Ensino técnico e Ensino superior.....	76

LISTA DE SIGLAS

- BibEad – Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância
- CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- CEFET – Centros de Formação de Educação Tecnológica
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- COTEC – Colégio Tecnológico de Goiás
- CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
- EFG – Escola Futuro de Goiás
- EFG – Escola Futuro de Goiás
- ESDA – Análise Exploratória de Dados Espaciais
- ETG – Escola Técnica de Goiânia
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFG – Instituto Federal de Goiás
- INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
- ITEGO – Instituto Tecnológico do Estado de Goiás
- MEI – Micro Empreendedor Individual
- NART – Núcleo de Promoção e Desenvolvimento Artístico da Cidade de Goiás
- NPD – Núcleo de Produção Digital
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- PNAP – Formação em Administração Pública
- PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
- PTC – Programa Territórios da Cidadania
- REGIC – Regiões de Influência das Cidades

REUNI – Apoio a Planos de Reestruturação Expansão das Universidades Federais

SEPLAM – Secretaria Municipal De Planejamento, Urbanismo E Captação De Recursos

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. OBJETIVO.....	18
1.1.1. Objetivo Geral	20
1.1.2. Objetivos Específicos	20
1.2. JUSTIFICATIVA	20
1.3. MÉTODO	23
1.3.1. Identificação de Subcentros	22
1.4. CRONOGRAMA.....	30
2. O PAPEL DA POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA CENTRALIDADE PARA GOIÁS: COTEC, IFG E QUARTEL DO XX.....	30
2.1. POLÍTICAS DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO.....	31
2.2. CARÁTER POLÍTICO DA IMPLANTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO	33
2.3. OS COLÉGIOS TECNOLÓGICOS DO ESTADO DE GOIÁS (COTEC)	37
2.4. O INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG)	42
2.5. CENTRALIDADES URBANAS	46
3. AS CENTRALIDADES DO COTEC, IFG E QUARTEL DO XX NO DESENHO URBANO CIDADE DE GOIÁS.....	50
3.1. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DE ARRAIAL AO TOMBAMENTO DA UNESCO.....	47
3.2. AS CENTRALIDADES URBANAS DE GOIÁS	48
3.3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	50
3.4. DIMENSÃO TERRITORIAL.....	59
3.4.1. Densidade demográfica.....	59
3.4.2. Os Espaços Públicos.....	60
3.5. COMO AS CENTRALIDADES E A DIMENSÃO TERRITORIAL REBATEM NA JUSTIÇA ESPACIAL.....	64
4. COTEC, IFG E QUARTEL DO XX REALMENTE TÊM UM IMPACTO ECONÔMICO EM GOIÁS E NO TERRITÓRIO DE CIDADANIA?.....	65
4.1. O TERRITÓRIO DA CIDADANIA	67
4.2. DADOS DA DIMENSÃO ECONÔMICA	687
4.2.1. Uso do solo	71
4.2.2. Empregos disponíveis.....	72
4.2.3. Economia informal	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
6. REFERÊNCIAS	79

1. INTRODUÇÃO

Dentro das disciplinas ofertadas pelo curso de Arquitetura e Urbanismo, o campo do planejamento urbano causa fascínio por estudarmos possíveis leituras do território, identificarmos relações sociais onde o espaço é protagonista, e a possibilidade de tomar partido de potencialidades para orientar o desenvolvimento. Nesse contexto, este trabalho investiga como a presença das instituições IFG e COTEC influenciam as centralidades urbana em Goiás, uma cidade com um passado rico e um futuro promissor.

Goiás é uma cidade tombada como Patrimônio Mundial da Humanidade (UNESCO, 2001), por possuir características que remetem a uma vila europeia. A cidade surge como uma vila para mineração de ouro de aluvião. Após o ciclo do ouro e ascensão da cidade a capital do estado, as oligarquias pecuaristas permaneceram no poder até a transferência da capital para Goiânia, em 1937. Esse processo influenciou a configuração urbana de Goiás, expandindo a cidade em ritmo lento, fato que pode ser observado pelos indicadores de população e quantidade de domicílios: em 1970 haviam 45 mil habitantes e 7.665 domicílios; em 2022 haviam 24 mil habitantes e 14.190 domicílios (IBGE, 2023).

Após a transferência da capital para Goiânia, houve um movimento de tombamento pontual de edificações na década de 50, seguido do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico em 1978 (IPHAN, 2014). No início dos anos 2000, ocorre o tombamento a nível mundial, incluindo a paisagem cultural, as edificações e os morros do entorno.

Goiás, cidade que se prepara para celebrar seus 300 anos de história, apresenta um paradoxo fascinante: enquanto preserva estrutura urbana, da região tombada, de vila mineradora europeia (UNESCO, 2001), teve uma expansão urbana com formas e usos distintas.

O primeiro núcleo urbano da cidade ocorre às margens do rio vermelho com a casa de fundição e tributação do quinto. Sua expansão ocorre de acordo com as normas da coroa portuguesa: uma praça, onde é possível ver a presença do poder vigente, aqui representado pela casa de câmara e cadeia e pela presença da igreja.

A Figura 1 apresenta a planta da cidade de Goiás em 1867, o mapa que nos permite traçar uma linha temporal. A Igreja de Santa Bárbara (13) serve como ponto de partida para

Figura 1. Planta da cidade de Goyaz, 1867



Fonte: Capitolino Peregrino, 1867. Adaptado pelo Autor. (2025)

localizar o IFG, o Quartel (5) auxilia na localização do Quartel do XX e a Casa de Pólvora (22) sugere uma possível localização para o COTEC.

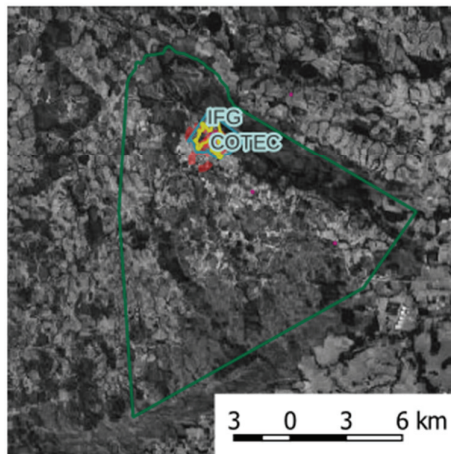
Avançando no tempo, temos a expansão urbana para fora das áreas tombadas, como mostra a Figura 2, que ilustra a expansão urbana de Goiás para além dos limites tombados, indicando dois eixos de crescimento: um paralelo à GO 164 em direção à Goiânia; e a GO 070 em direção à Jussara. A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** sinaliza os limites urbanos legais, onde é possível visualizar uma área urbana desconectada da cidade (região em roxo) sinalizando outra expansão.

As centralidades da cidade surgem em frases como “o João Francisco é o setor comercial”, “aqui no centro histórico você encontra de tudo”, ditas por transeuntes em diversas situações cotidianas. A leitura de espaços e identidades urbanas através de frases populares nos leva a questionar: alguém realmente chegou e declarou que “bairro X é Y”?

Qual o poder haveria por trás dessa definição? As edificações de grande porte, como o IFG e o COTEC são capazes de modificar essas identidades urbanas? Essa caracterização de regiões

Figura 2. Perímetros de tombamento e Imóveis Tombados do IPHAN.

PERÍMETROS DE TOMBAMENTO E IMÓVEIS TOMBADOS DO IPHAN



LEGENDA

IPHAN

- Área de Interesse de Uso Sustentável UNESCO
- Centro Histórico
- Entorno
- Tombamento Estadual de Monumentos Isolados

Áreas de Estudo

- ⊖ Raio 500 metros

Fontes: Com dados do IPHAN. Imagem de fundo Google Satellite e processamento do Autor

Fonte: Dados do IPHAN 2023. Adaptado pelo autor 2025.

da cidade é justa (no sentido de justiça espacial), levando em consideração os grupos sociais que nela vivem?

A presença da Universidade Estadual de Goiás (UEG) desde 1999 (inicialmente como Faculdade de Filosofia) e da Universidade Federal de Goiás (UFG) desde 1898 (começando como Faculdade de Direito), indica a importância histórica dessas instituições que devem ser consideradas na formação do tecido social e cultural da cidade.

A presença do IFG e COTEC nesse cenário urbano em construção nos leva a investigar como essas instituições influenciam ou são influenciadas pela dinâmica espacial. Será que sua localização impacta na forma como essas regiões são vistas e definidas?

Buscar entender como essas centralidades se formam, quem as define e quais consequências sociais essas construções tem é crucial para analisar o papel das instituições IFG e COTEC na dinâmica urbana de Goiás.

Figura 3. Perímetro Urbano Legal da Cidade de Goiás



Fonte: SEPLAM. 2023. Adaptado pelo autor 2025

1.1. OBJETIVO

O trabalho visa identificar as centralidades exercidas pelas instituições de ensino públicas, exemplificadas pelo COTEC e o IFG, e como a justiça espacial pode ser lida pela análise urbana da cidade de Goiás. Na escala regional verificaremos se as instituições de ensino públicas atraem pessoas para o município seja para trabalhar ou estudar de forma pendular, vindo à Goiás apenas para usufruir da infraestrutura ou para morar.

Para alcançar o objetivo, revisitou-se material já publicado sobre os temas abordados. Observações *in loco* foram realizadas nas áreas de estudo para a fim de trazer dados na escala humana. Na esfera municipal, estabeleceu-se contato com a Prefeitura e secretarias relevantes.

1.1.1. Objetivo Geral

Estudar a centralidade do COTEC, IFG e Quartel do XX na cidade de Goiás.

1.1.2 Objetivos Específicos

Demonstrar o papel da dimensão política na implantação do COTEC, do IFG e Quartel do XX na cidade de Goiás.

Caracterizar a centralidade urbana promovida pelas instituições de ensino, COTEC e IFG, a partir da dimensão da gestão territorial.

Entender, pela dimensão econômica e da justiça espacial, se as instituições alcançaram as demandas e as expectativas para as quais foram criadas, dentro do Território da Cidadania do Rio Vermelho.

1.2. JUSTIFICATIVA

Goiás, cidade fundada em princípios de grandiosidade, teve momentos marcantes de ocupação urbana, iniciados pelo curto ciclo do ouro, seguidos pela ascensão das oligarquias pecuaristas, mas que sofre a ruptura com o poder local na mudança da capital para Goiânia. Atualmente a cidade conta com pouco mais de vinte e quatro mil habitantes, mas apresenta características de polo regional devido à presença considerável de instituições estaduais e

federais, comparável com cidades grandes, ao mesmo tempo, segundo a publicação Regiões de Influência das Cidades (REGIC, IBGE 2018) Goiás está vinculada diretamente com Goiânia estabelecendo uma relação entre uma cidade pequena com a metrópole estadual.

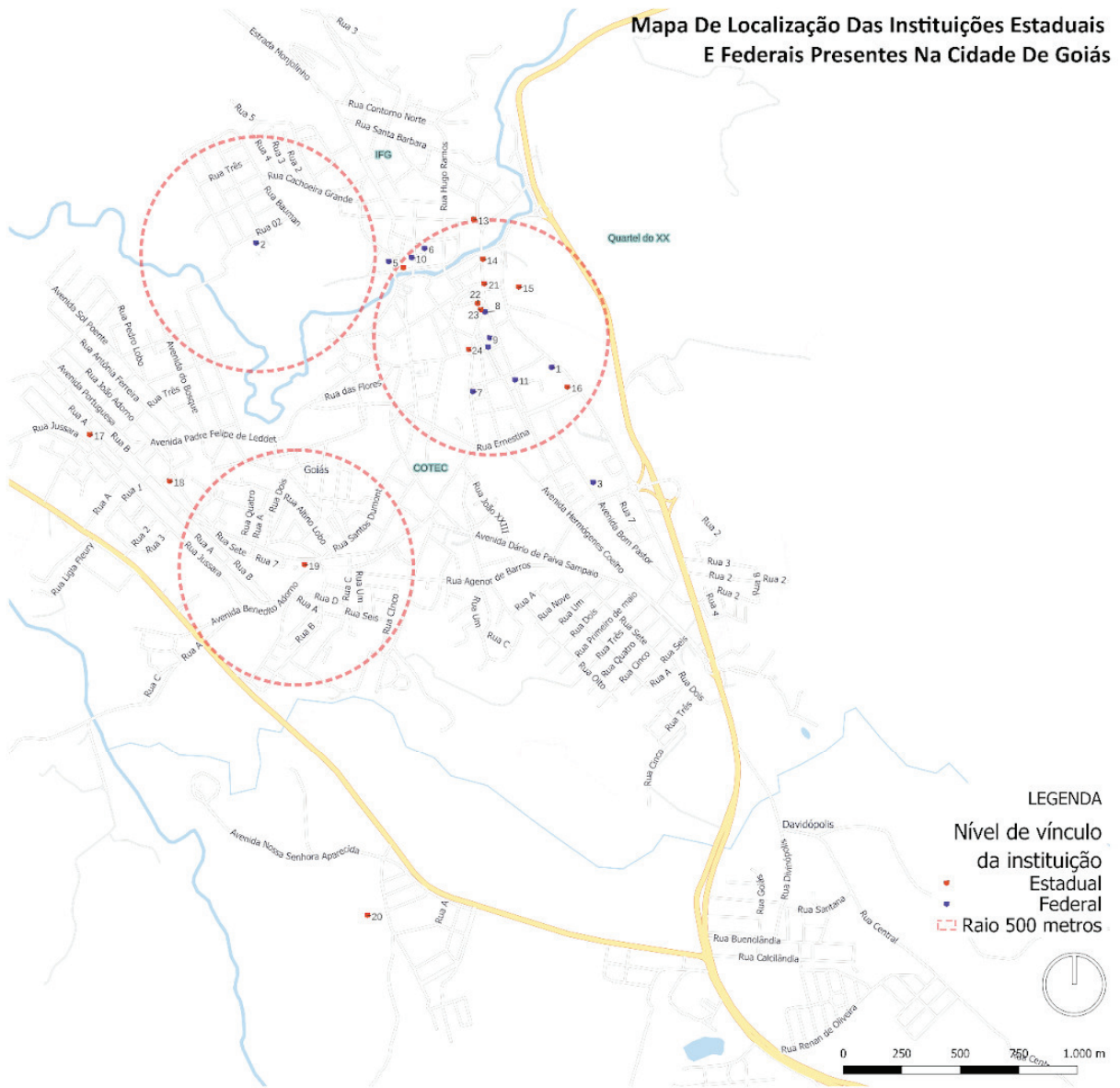
Podemos listar alguns equipamentos públicos presentes no município: o Tribunal Regional Eleitoral e o Fórum da Comarca da Cidade de Goiás com sede no setor Aeroporto, o Tribunal Regional do Trabalho, a Secretária da Fazenda, o Instituto Nacional do Seguro Social, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, duas unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus, a Coordenação Regional de educação de Goiás, a Universidade Estadual de Goiás e o Núcleo de Promoção e a Escola Futuro no centro, duas unidades Universidade Federal de Goiás e o Instituto Federal de Goiás no setor Residencial Bauman, conforme ilustrado na figura 4.

A partir deste ponto, é necessário que avancemos nos estudos sobre o COTEC e o IFG, por serem políticas públicas de interiorização e regionalização do ensino, o primeiro a nível estadual e o segundo a nível federal. Em comum, ambos tem o fato de terem ocupado edificações no Largo do Chafariz em tempos distintos, e suas novas sedes sendo alocadas em locais diferentes da cidade. A sede do COTEC está sendo erguida no bairro João Francisco, área consolidada da cidade; e a sede do IFG, já em uso, foi construída no setor Residencial Bauman, área com pouca ocupação urbana. Com isso surgem perguntas sobre o motivo da escolha dos locais e os impactos na cidade causados pela construção das sedes.

A escolha dos destinos das instituições, foi uma ação direta de desenvolvimento local, exercida pelo poder do estado e pelo poder federal. Disso surgem perguntas sobre a participação de atores locais e como essas políticas impactam a justiça espacial de cada região implantada. Como as instituições de ensino, por meio da capacitação profissional, técnica ou superior, estão melhorando a qualidade de vida na região que elas ocupam?

Ao final da pesquisa, poderemos concluir se as implantações atendem às expectativas, se há necessidade de expansão de atendimento, seja via alcance ou de pessoas. O tema é necessário para investigações mais amplas, por relacionar políticas educacionais com gestão territorial e impactos na economia local.

Figura 4. Mapa das Instituições Públicas na cidade de Goiás



Núm	Nome	Escala
1	Biblioteca Cajú - UFG	Federal
2	Campus Cidade de Goiás - IFG	Federal
3	Campus Goiás - UFG	Federal
4	CORREIOS	Federal
5	IBGE	Federal
6	INSS	Federal
7	Museu das Bandeiras - IBRAM	Federal
8	Museu e Arte Sacra da Boa Morte - IBRAM	Federal
9	Quartel do XX - IFG/Município	Federal
10	Receita Federal	Federal
11	Restaurante Universitário - UFG	Federal

Núm	Nome	Escala
12	Vapt Vupt	Estadual
13	Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário GO	Estadual
14	Cine Teatro São Joaquim	Estadual
15	Coordenação Regional de Educação de Goiás	Estadual
16	Campus Cora Coralina - UFG	Estadual
17	Tribunal Regional Eleitoral - GO	Estadual
18	Fórum da Comarca da Cidade de Goiás	Estadual
19	Goianira Ayres do Couto - Cotec	Estadual
20	Unidade Estadual de Saúde Especializada	Estadual
21	Delegacia Regional de Fiscalização - SEFAZ	Estadual
22	Palácio Conde dos Arcos	Estadual
23	Ministério Público do Estado de Goiás	Estadual
24	Fórum do Trabalho Goiás	Estadual

FONTES:
 Localização das instituições: levantamento in loco.
 Malha viária e corpos d'água: Open Street Map. 2025

Fonte: Autor 2025

1.3. MÉTODO

Essa peça será estruturada pela: Introdução, apresentando a cidade de Goiás e os grandes campos de teoria norteadores do estudo; Justificativa, sinalizando as peculiaridades da cidade e o resultado esperado dessa investigação teórica; Objetivos, delinear de forma sucinta o tema chave e apresentar os degraus para alcançar a pergunta central do trabalho; Estrutura do método, *meta-seção* abordando a organização dos temas de pesquisa; A política, abordando os antecedentes que levaram a criação do COTEC e do IFG na cidade de Goiás pela ótica das leis de criação e sua relação com o Quartel do XX; As Instituições, por meio de dados estatísticos das instituições, comentamos o atual funcionamento, sua presença na cidade e cenários de pleno funcionamento; As centralidades, verifica a partir de Souza e Kneib (2022) se as áreas de estudos são subcentros, como esses equipamentos públicos se posicionam no espaço urbano, se o deslocamento das instituições alterou os fluxos nos locais e a relação com o entorno; Isso tudo é justo?, tópico no qual apresentamos a noção de justiça espacial e pontuamos com os dados, cartogramas e mapas, como as regiões de estudo podem ser interpretadas por essa teoria; De Goiás pra fora, sobrepondo o alcance das instituições investigadas com o Programa Territórios da Cidadania analisamos o alcance das políticas de regionalização e interiorização; Conclusões, neste capítulo apresento as interpretações dos dados, os pormenores, possibilidades de usos das informações levantadas. De forma complementar, a tabela 01 apresenta o método de forma tabulada, e a tabela 04 esmiúça as dimensões abordadas.

1.3.1. Identificação de Subcentros

Souza e Kneib (2022) apresentam uma metodologia para identificar subcentros urbanos dentro da realidade nacional. O estudo busca comércios e serviços para entender a concentração em determinado recorte espacial. Os autores entendem que tais observações são transversais para as áreas da Geografia Urbana, Urbanismo e Economia Urbana, contudo essas áreas de estudo “carecem de metodologias quantitativas para identificação e localização de subcentros de comércio e serviços”. (Souza e Kneib, 2022)

A metodologia de Análise Exploratória de Dados Espaciais (ESDA) permite a identificação entre correlações espaciais dentro das unidades de amostra.

A ESDA é um aparato de técnicas objetivadas em descrever distribuições espaciais em termos de autocorrelação espacial global, autocorrelação espacial local e heterogeneidade espacial. Neste caso, a ESDA é aplicada nas distribuições de emprego total e na densidade de empregos (BAUMONT; BOURDON, 2004 *apud* Souza e Kneib, 2022).

Para tanto são necessários valores de corte para identificação de subcentros, aqui definidos como:

um subcentro se caracteriza por sua significativa concentração de empresas de comércio e prestação de serviços, de tal forma que se sobressai frente a outros bairros, e é comparável ao centro principal. (Souza e Kneib, 2022, pág. 10)

A identificação ocorre dentro dos parâmetros (valores de corte) de uma região com densidade de comércios e serviços acima do valor de corte (D), e pelo menos com valor de corte de empresas (E). A centralidade é a zona com maior densidade e presença de bens de consumo e serviços. Com isso, regiões com valores acima de D e E são subcentros. Caso a densidade e/ou a quantidade de empresa seja menor que os valores corte essa região não é um subcentro.

Souza e Kneib orientam sobre a forma de calcular as áreas de estudo:

desconsiderar áreas verdes ou de preservação ambiental, a fim de possibilitar uma análise equivalente, considerando uma ocupação homogênea dos bairros em análise. O pesquisador deve se atentar ainda para a presença de áreas pouco ocupadas, a exemplo de loteamentos ociosos, pois essa característica pode interferir no valor de densidade. (Souza e Kneib, 2022, pág. 11)

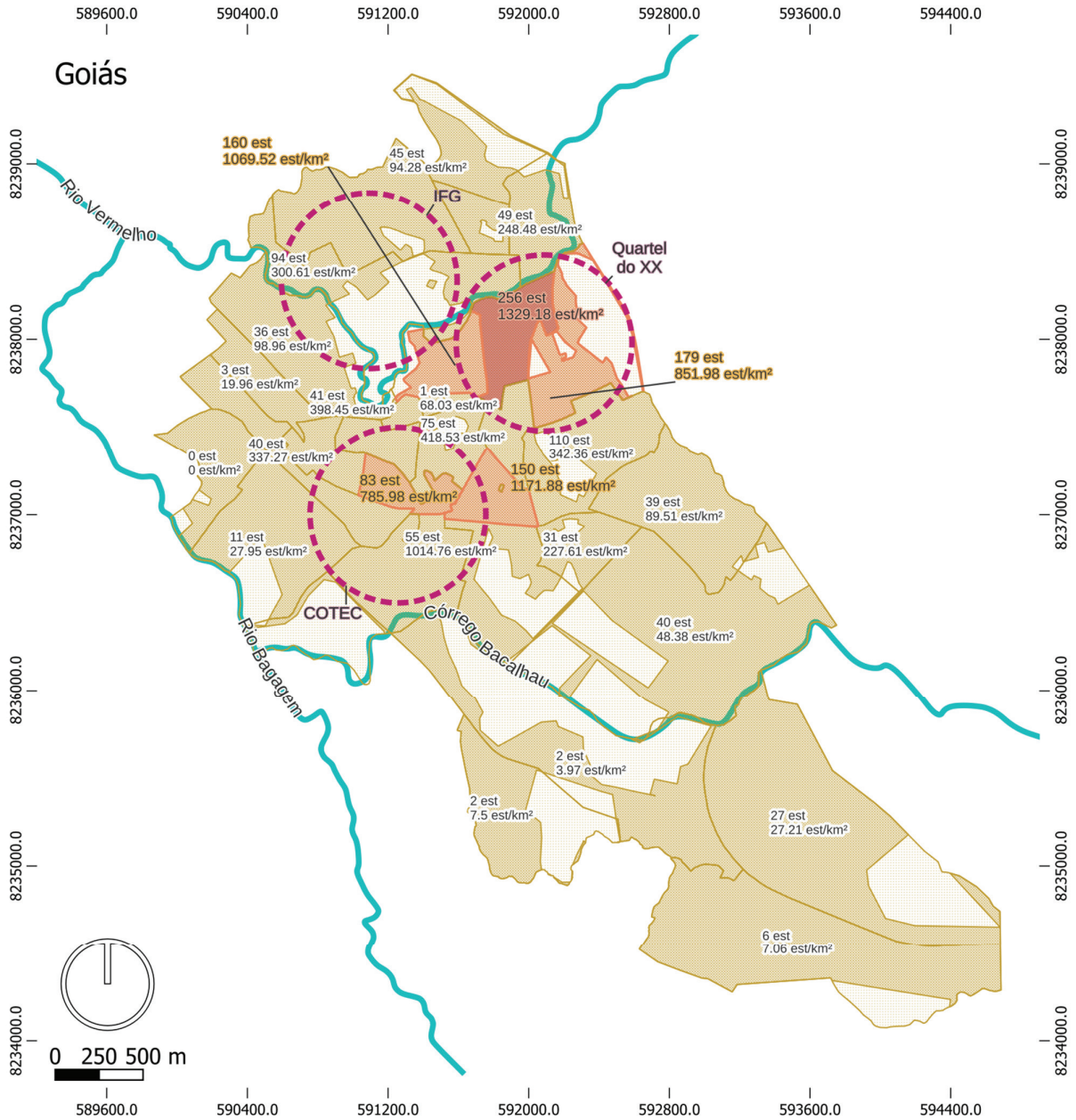
Portanto, aplicando o procedimento metodológico em Goiás, é necessário obter dados sobre as empresas de comércio e serviço que atendam a cidade. A Receita Federal possui uma base de dados pública onde localizamos as empresas dentro do município e filtramos através da CNAE. O passo seguinte foi estipular os valores de corte, que orientar usar, de acordo com o artigo supra citado, o terceiro decil (30% do total), considerado um valor razoável por ser um meio termo capaz de identificar centralidades sem restringir, a ponto de filtrar apenas o centro tradicional ou ampliar o resultados de forma que toda região possa ser considerada um subcentro.

O resultado da espacialização dos estabelecimentos comerciais e de serviços pode ser visto na Figura 5 e 6, considerando a região do Quartel do XX como os valores de referência para os subcentros, a partir da hipótese de que o centro histórico de Goiás ainda possui papel ativo na vida econômica da cidade. Pelas figuras, observamos que a área do Quartel do XX e

do COTEC possui setores acima dos valores de corte D e E, comprovando pela teoria de Souza e Kneib que essas áreas são subcentros. Por outro lado, pela interpretação dos resultados, se confirmamos que na área do COTEC há uma centralidade comercial, isso não se confirma na área do IFG.

Figura 5. Quantidade de Estabelecimentos por Setores Censitários

QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR SETORES CENSITÁRIOS



LEGENDA

- Áreas de estudo
- Hidrografia
- Setores Censitários Urbanos
- Área válida de análise**
- Abaixo dos valores de corte
- Acima dos valores de corte
- Setor de referência

Fonte. Adaptado pelo Autor. (2025)

Os valores de corte foram:
 77 estabelecimentos e,
 398,745 estabelecimentos/km²

Fontes: Estabelecimentos, Receita Federal, 2025.
 Malha censitária, IBGE 2024.
 Processamento do Autor.



Figura 6. Estabelecimentos Comerciais, Serviços e setores censitários

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, SERVIÇOS E SETORES CENSITÁRIOS



LEGENDA

- Área de estudo
- Setores censitários urbanos
- Hidrografia
- Estabelecimentos comerciais e de serviço

Fontes: Estabelecimentos, Receita Federal, 2025.
Malha censitária, IBGE 2024.
Processamento do Autor.



Fonte. Adaptado pelo Autor. (2025)

Tabela 1. Tabela do método

TABELA DO MÉTODO			
QUESTÕES DA PESQUISA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CAPÍTULO	METODOLOGIA
Qual a importância do COTEC, do IFG e do Quartel do XX na construção da centralidade de Goiás?	Demonstrar o papel da dimensão política na definição da implantação do COTEC, do IFG e do Quartel do XX na construção de outra centralidade na cidade de Goiás.	O papel da política na construção de uma outra centralidade para Goiás: COTEC, IFG e Quartel do XX.	Revisão bibliográfica e documental.
A implantação dessas instituições impactou o desenho urbano de Goiás? É possível mensurar como e quanto?	Caracterizar a centralidade urbana promovida pelas instituições de ensino, a partir dimensão da gestão territorial e o seu impacto no desenho urbano e em especial na justiça- espacial;	As centralidades do COTEC, IFG e Quartel do XX no desenho urbano cidade de Goiás.	A partir dos dados obtidos em levantamentos e análises ocorrerá a espacialização das informações em cartografias e tabelas sínteses.
Qual o desempenho destas instituições para com os objetivos econômicos de sua criação? Elas atendem apenas Goiás?	A partir da dimensão econômica , entender se as instituições conseguem atender as demandas e as expectativas para as quais foram criadas. Identificar o alcance das instituições dentro do Território da Cidadania do Rio Vermelho	Afinal de contas, COTEC, IFG e Quartel do XX realmente têm um impacto econômico em Goiás e no território de cidadania?	A partir dos dados obtidos em levantamentos e análises ocorrerá a espacialização das informações em cartografias e tabelas sínteses. Levantamento do quantitativo de servidores, técnicos, terceirizados e alunos das instituições. Espacialização das informações obtidas

Fonte: Autor. (2025)

Tabela 2. Dimensões, categorias e indicadores para análise da centralidade e em Goiás

DIMENSÕES, CATEGORIAS E INDICADORES PARA ANÁLISE DA CENTRALIDADE EM GOIÁS			
DIMENSÕES	CATEGORIAS	INDICADORES / MÉTRICAS	FONTE DE DADOS
Economia	Uso do Solo	Proporção de áreas comerciais, residenciais, industriais e mistas	Informações coletadas na prefeitura.
	Empregos Disponíveis	Quantidade e tipos de empregos em diferentes setores	Estimativa a partir do CNPJ.
	Economia Informal	Número de atividades econômicas não formalizadas	Levantamento <i>in loco</i> .
Políticas Públicas	Políticas Públicas e Investimentos	Localização de projetos de infraestrutura urbana (Escolas, Hospitais, transporte público, recapeamento)	Pesquisa em bancos de dados públicos e levantamento <i>in loco</i> .
	Participação Social	Quantidade de associações comunitárias ou eventos públicos	Levantamento <i>in loco</i> .
	Acessibilidade e Serviços Públicos	Proporção de população atendida por equipamentos de saúde, educação, e lazer.	Informações coletadas na prefeitura.
	Instrumentos de Planejamento	Participação do município em programas estaduais e federais e as redes que o município integra	Pesquisa em bases de dados públicas.
Gestão Territorial	Transporte Públicos	Frequência, rotas, lotação média de ônibus, viagens por transporte de aplicativo e mototáxi	Informações coletadas na prefeitura.
	Zoneamento	Orientações de Uso do solo e macrozonas	Levantamento em arquivos públicos.

Fonte: Autor. (2025)

1.4. CRONOGRAMA

O cronograma levou em consideração os semestres 24.1, 24.2 e 25.1 devido o discente ter disciplinas a serem concluídas.

Tabela 3. Cronograma

	2024							2025						
	05	06	07	08	09	10	11	12	01	02	03	04	05	06
Levantamento bibliográfico do estado da arte	X													
Levantamento bibliográfico do referencial teórico	X	X												
Análise do entorno: Praça do Chafariz		X	X											
Análise do entorno: Sede do Cotec			X	X										
Análise do entorno: Sede do IFG				X	X									
Análise de entorno: Vias e meios de transporte					X	X								
Levantamento documental: Leis de criação e fomento						X	X							
Levantamento de dados demográficos							X	X						
Análise de dados		X	X	X	X	X	X	X	X					
Revisão bibliográfica e produção de resumos								X	X					
Estudo de Caso: Instituição de ensino									X	X				
Produção Textual		X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Revisão			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Montagem de apresentação												X	X	
Entrega e apresentação														X

Fonte: Autor. (2025)

2. O PAPEL DA POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA CENTRALIDADE PARA GOIÁS: COTEC, IFG E QUARTEL DO XX

A política pública¹ define a paisagem urbana: onde serão construídos hospitais, escolas, moradias populares e outros equipamentos públicos e a presença do Estado pode ser vista em obras, serviços e incentivos públicos. Com isso o local, espaço físico onde a política será

1 “[...] estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26)

implantada, ganha importância por influenciar diretamente no tecido construído ou a ser construído da cidade.

O artigo 37º da Constituição Federal sinaliza os critérios a serem seguidos.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência... (BRASIL, 1988, art. 37º)

Contudo, arranjos políticos ocorrem entre atores sociais e/ou iniciativas privadas, direcionando a execução de obras e destinação orçamentária, ocasionando uma concentração de investimentos numa região ou pulverização de ações no entorno do real ponto de interesse. Essas ações são consideradas judicialmente legais, sem ferir nenhum princípio constitucional.

A política de interiorização do ensino superior vem como oposição à concentração de investimentos em grandes centros urbanos, abrindo possibilidade para a população das cidades pequenas e médias terem qualificação profissional sem se deslocar para um grande centro. Entende-se que cada habitante que evade o município reduz a arrecadação fiscal, diminuindo a capacidade da municipalidade de gerir o território. Ao mesmo tempo, as várias instituições de ensino superior e de formação continuada, como no caso das capacitações e qualificações, possibilitam melhores profissionais atuando no mercado local.

Em Goiás, de acordo com os dados de amostra do censo de 2010, o tempo médio de deslocamento do vilaboense era de 30 minutos no trecho de casa ao trabalho, demonstrando que o profissional morador da cidade de Goiás atua dentro dos limites urbanos municipais.

A cidade de Goiás, por uma confluência de fatores (influência política histórica o fato de ser ex-capital e o processo de patrimonialização da UNESCO), é sede de 3 instituições de ensino superior e do Colégio Tecnológico, que oferece cursos de capacitação, qualificação e técnico. Investimentos do poder Estadual e Federal no município trazem obras de grande porte que são capazes de alterar fluxos de pessoas e serviços com alcance local e regional, atraindo empresas em busca de profissionais capacitados e cidadãos em busca de formação profissional.

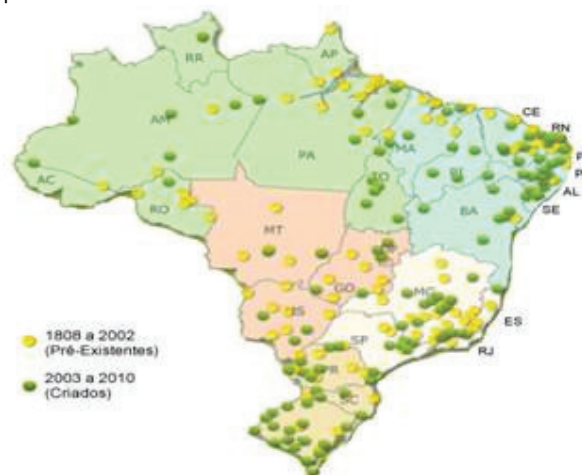
A partir das informações acima é possível inferir que as novas sedes do COTEC e do IFG tem o potencial de alterar o fluxo de pessoas e serviços a nível local. Atendendo a promessa de investimentos públicos e equilibrando as vontades de atores locais.

2.1. POLITICAS DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO

A educação é direito constitucional, cujo acesso deveria ser universal e equalitário para os cidadãos. Contudo, a concentração de instituições de ensino superior nas capitais privilegiou uma camada social com recursos para ocupar os grandes centros, gerando exclusões socioeconômicas e espaciais.

O programa de Apoio a Planos de Reestruturação Expansão das Universidades Federais (REUNI)² de 2007 buscou expandir o acesso e garantir a permanência no ensino superior, interiorizando sua rede. A quantidade de campi das universidade públicas aumentou de 155 para 255, entre 2003 e 2010 (IPEA, 2010) como ilustrado na figura 7.

Figura 7. Expansão das Universidades Federais



Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros. 2011. Disponível em: goo.gl/vPAq1G. Acesso em: 29 de abril

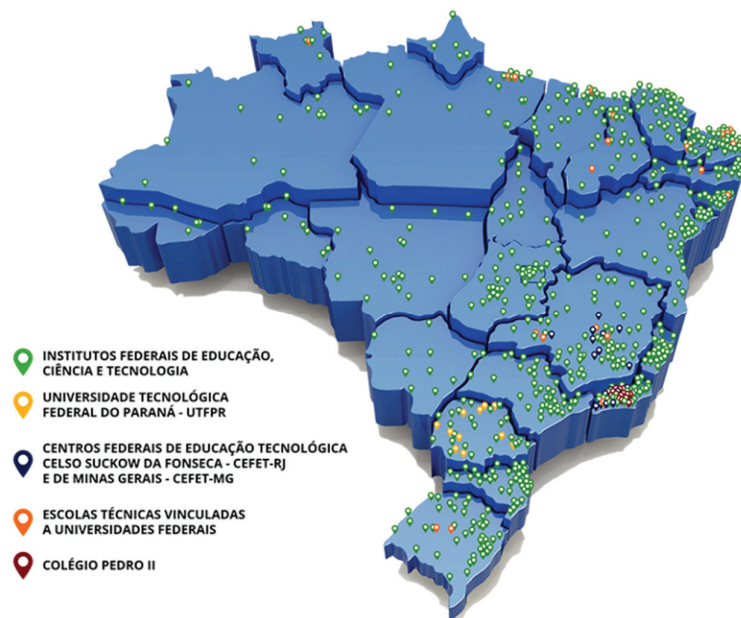
Em paralelo, outra política pública reformulou as Escolas Técnicas, para o formato atual. A lei 11.892 de 2008, que cria os Institutos Federais, unificou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, gerando 38 unidades pela incorporação de 160 instituições de ensino 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 75 Unidades

2 - Os princípios do REUNI são: democratização do acesso ao ensino superior, expansão da oferta de vagas, melhoria da qualidade do ensino, e combate à evasão escolar. Brasil (2007)

descentralizadas de Ensino, 7 Escolas Técnicas, 39 Escolas Agrotécnicas e 8 Escolas Vinculadas às Universidades. Em 2024 o governo federal prometeu a criação de 100 novos IF, consolidando a presença de educação tecnológica fora das grandes cidades como mostra a figura 8.

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI)³ possibilitou ingresso em universidades privadas com ou sem fins lucrativos, pra cursos de graduação via concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais (BRASIL, 2005). Um dos critérios para participação no programa é a renda familiar mensal ser inferior a 3 salários mínimos. Cabe destacar que uma crítica ao programa é o investimento nas instituições privadas de ensino ao invés da aplicação de expansão e de melhores condições da rede pública de ensino superior.

Figura 8. A expansão da rede de Institutos Federais



Fonte: Jornal Opção

Adicionalmente, educação a distância possibilitou a formação de diversos profissionais, e quando bem estruturada e executada possui as mesmas qualidades que a educação presencial. Durante o período da pandemia de Covid-19, devido as restrições impostas pelo isolamento social, boa parte da sociedade incorporou elementos de

3 - Os princípios do PROUNI são a ampliação de acesso ao ensino superior pela população de baixa renda. (BRASIL, 2005)

participação online. Algumas dessas adaptações foram adotadas de forma permanente na área da educação, desde educação infantil ao ensino superior, permitindo a continuidade do aprendizado de forma parcial ou totalmente remota.

A cidade de Goiás apresenta um polo de ensino da Universidade Aberta do Brasil, projeto do Ministério da Educação para aumentar o alcance da rede de ensino superior. A nível nacional, são ofertados a formação em Administração Pública (PNAP), o curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância (BibEaD), o Curso de especialização em Ciência para professores das séries finais do ensino Fundamental (Ciência é 10), a educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o curso de extensão “Formação para docência e Gestão em Educação para relações étnico-raciais e educação escola quilombola”.

Pela ótica da expansão da rede ensino vemos que o COTEC e o IFG na cidade de Goiás estão alinhados com as políticas ampliação de formação superior, melhor qualificação profissional, e pelas novas possibilidades de trabalho como: contratação intermitente; incentivo ao empreendedorismo; e foco em formação básica para se desempenhar uma função de trabalho.

2.2. CARÁTER POLÍTICO DA IMPLANTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Segundo Casqueiro et al. (2020) as instituições de ensino superior promovem um resultado positivo pelo ponto de vista econômico, já que a abertura de vagas de emprego com salários acima da média local permite um maior poder de compra. Com isso em mente, prefeituras e estados disputam a destinação de instituições públicas e privadas na intenção de melhorar a arrecadação fiscal, prestígio local e melhores indicadores sociais. De forma ampla, critérios gerais como acessibilidade, propensão a riscos ambientais, custos de infraestrutura, manutenção e indicadores socioeconômicos constam como justificativa determinante para a decisão de implantação das instituições.

Em Goiás, a implantação do COTEC vem para atender a microrregião da Bacia do Rio Vermelho; a do IFG, para atender o noroeste goiano. Ainda é cedo para medir o impacto do COTEC na economia, mas o IFG passou ajustes nos cursos ofertados, se adequando à necessidades locais, como a criação do curso de qualificação profissional em Serigrafia

integrado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o encerramento do curso técnico de edificações.

Como dito anteriormente, as alterações na trama urbana associáveis a implantação das instituições de ensino podem ser lidas em curto prazo, médio prazo e a longo prazo, como explicado na tabela 4 abaixo. No curto prazo são contratados profissionais para a execução da obra, no médio prazo ocorre a vinda dos profissionais para ocupar a edificação, e no longo prazo se observa a retenção de jovens talentos.

Contudo, há outra etapa prévia: a escolha das cidades e onde nelas serão erguidas as edificações. No caso em estudo, o terreno destinado ao COTEC pertence ao estado e sediava o Programa de Inovação e Tecnologia (INOVA Goiás). Este programa iniciado no governo Perillo foi descontinuado em 2019 e em 2021 o COTEC chega a cidade de Goiás na gestão Caiado. Já a construção do IFG ocorre em terreno doado à Prefeitura num setor não consolidado da cidade.

A ação de edificar uma política pública desencadeia múltiplos processos locais que pedem ações contínuas para seu bom desempenho, como repasses regulares de recursos, manutenção dos postos de trabalho, que demandam ações municipais, tais como o crescimento da infraestrutura, para acomodar o maior fluxo de pessoas, bens e serviços, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

Tabela 4. Impactos da implantação ao longo do tempo.

Prazo	Impactos Positivos
Curto Prazo	Geração de empregos diretos Aumento na movimentação da economia local Aumento da visibilidade e do prestígio do município
Médio Prazo	Estímulo a qualificação da mão de obra local Desenvolvimento de infraestrutura urbana Expansão do setor imobiliário Maior circulação de pessoas e capital intelectual
Longo Prazo	Transformação socioeconômica Retenção de jovens talentos no município Diversificação da economia local Melhoria dos indicadores sociais Formação de polos de inovação e pesquisa regional Fortalecimento da identidade cultural e científica local

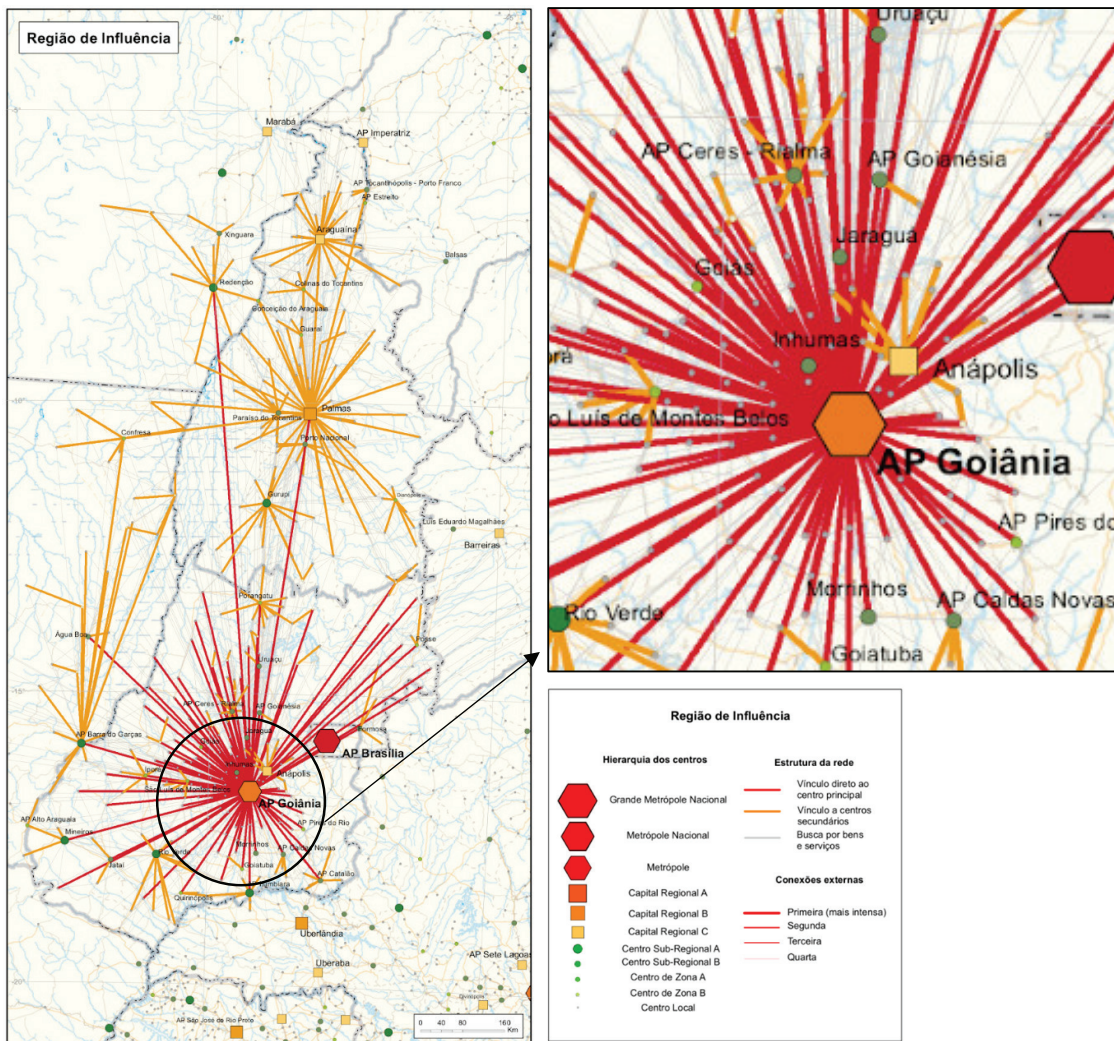
Fonte: Autor. 2025

De acordo com a Regiões de Influência das Cidades (REGIC), publicado pelo IBGE 2018, a cidade de Goiás apresenta relação consolidada com a capital, como mostra a figura 9. Goiás

tem potencial para ter maior protagonismo na microrregião da bacia do Rio Vermelho, como uma cidade universitária, de forma similar a Ouro Preto (MG), Lavras (MG), Cachoeira (BA) e São Carlos (SP).

Ouro Preto é um exemplo próximo a realidade de Goiás, por ser uma cidade tombada e ter um forte vínculo com as instituições de ensino presentes na cidade. Também lida com a expansão urbana sem a descaracterização do patrimônio. O fluxo de turistas requer uma gestão que mantenha a cidade atrativa para o visitante e agradável para o morador; já o volume de estudantes exige adequações dos imóveis e da infraestrutura.

Figura 9. Região de influência de Goiânia/GO



Fonte: IBGE, Regiões de influência das Cidades 2018. 2020. Adaptado pelo autor. (2025)

2.3. OS COLÉGIOS TECNOLÓGICOS DO ESTADO DE GOIÁS (COTEC)

Criado pela Lei Estadual N° 20.976, de 2021, "...em substituição ao Instituto Tecnológico do Estado de Goiás (ITEGO). O Artigo 1º do regimento interno esclarece a função do COTEC.

... Os COTECs são responsáveis pela execução da política de Educação Profissional Tecnológica e Inovação, ofertando Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos diversos níveis e modalidades: formação inicial e continuada ou qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, nas formas presencial, híbrida (mediada por tecnologia) e à distância. (Lei Estadual N. 20. 976 2021)

Os COTEC foram gestados pela Secretaria da Retomada, criada durante a pandemia de Covid-19, que juntou sob a mesma pasta geração de empregos, empreendedorismo, qualificação profissional, investimentos, fomento ao micro e pequeno empreendedor e atividades artesanais, além de outras mencionadas no artigo 31º. A Secretaria da Retomada reúne diversas áreas, promovendo ações transversais e com isso diminuindo a burocracia.

O COTEC Goiandira Ayres do Couto foi alocado pela lei de criação na cidade de Goiás e usou provisoriamente duas edificações no centro histórico, como indicado na figura 11. Escolhendo uma área no bairro João Francisco para edificar sua sede.

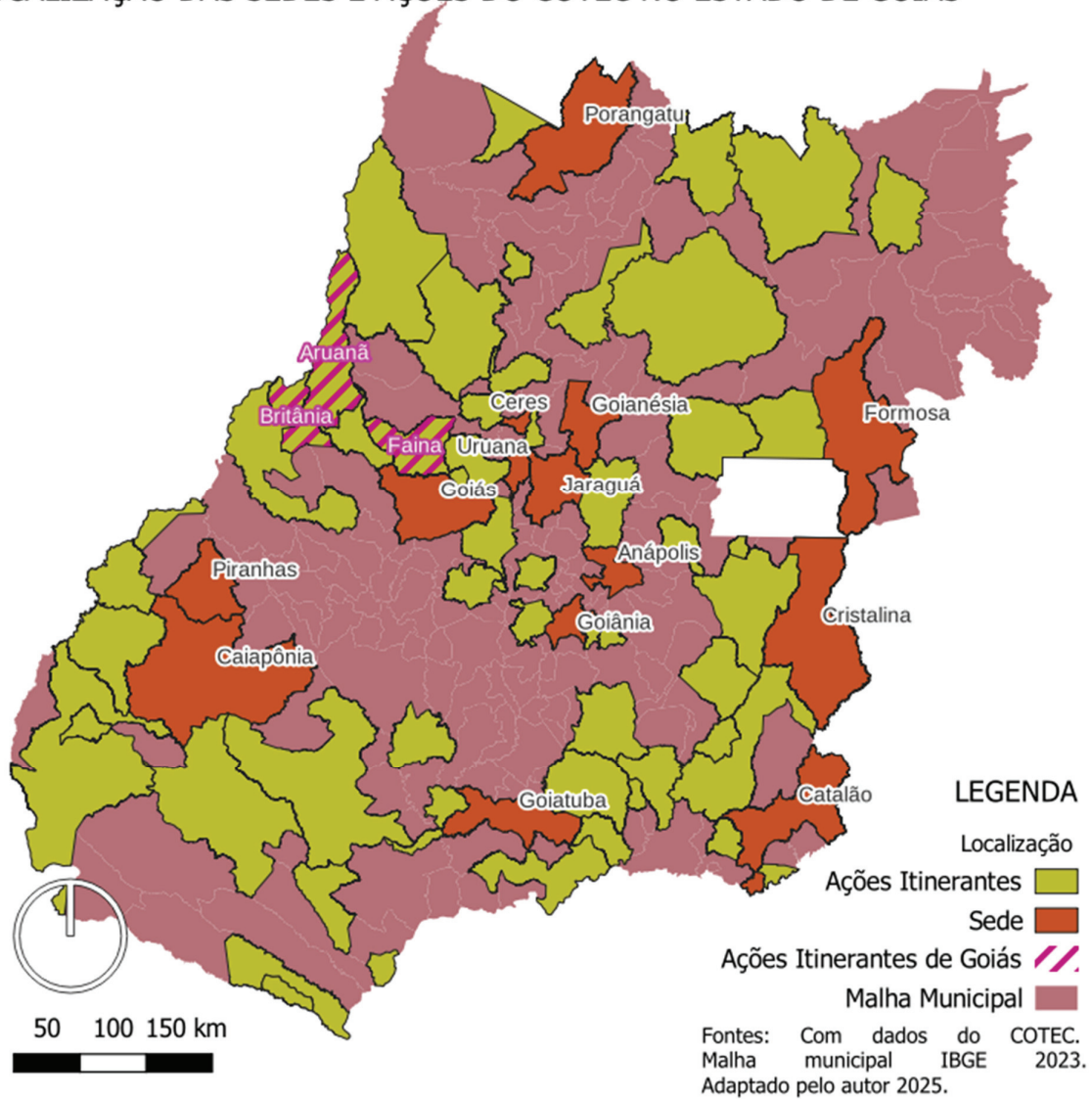
De acordo com as informações prestadas pela secretaria da retomada, o COTEC Goiás possui em seu quadro 69 pessoas, um número mediano comparado com os outros COTEC, como mostra a figura 10. A tabela 05 informa o tipo de formação e quantidade de pessoas atendidas. Em 2024, foram realizadas 8 ações formativas alcançando 217 pessoas.

A nível estadual ocorreram ações em 90 municípios nas três modalidades: Capacitação, Técnico e Qualificação, contabilizando 56.902 matrículas. A figura 10 mostra a localização dos COTEC no estado de Goiás, a quantidade de pessoas que trabalham neles e o volume de matrículas realizadas.

A leitura das planilhas sinaliza o caráter de interiorização das ações do COTEC, uma vez que a relação entre municípios com sede (20) e municípios com ações itinerantes (90) é de 1 para 4,5. Goiânia e Anápolis possuem maior número de matrículas, possivelmente devido ao seu maior número de habitantes. uma vez que os municípios de Catalão e Porangatu (possuem sede do COTEC) registram baixo número de matrículas, supõe-se que

Figura 10. Localização das sedes e ações do COTEC no ESTADO

LOCALIZAÇÃO DAS SEDES E AÇÕES DO COTEC NO ESTADO DE GOIÁS

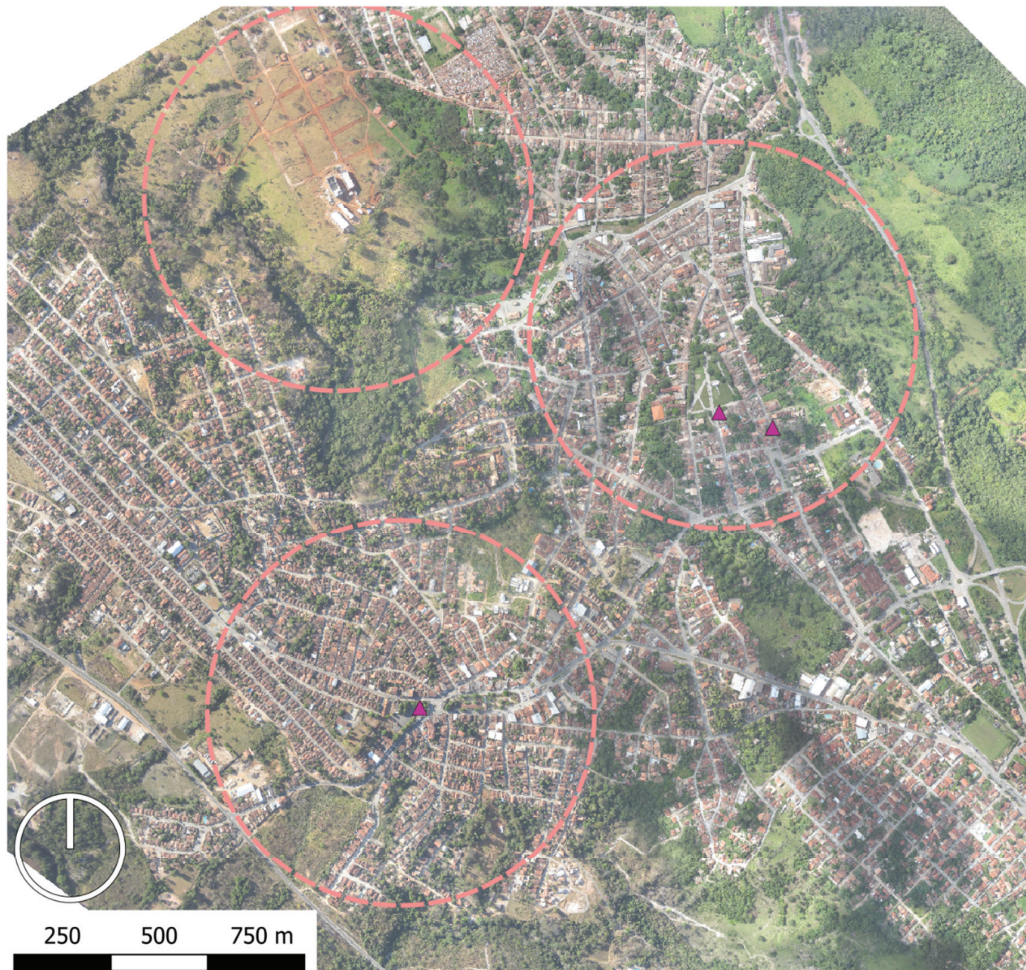


Município	Nome da Sede	Trabalhadores	Porcentagem	Matrículas Capacitação	Matrículas Técnico	Matrículas Qualificação	Total de Matrículas
Anápolis	Governador Onofre Quinan	142	7,56%	3415		392	3807
Caiaapônia	Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso	58	3,08%	62			62
Catalão	Aguinaldo De Campos Netto	123	6,55%	65			65
Catalão	Em Artes Labibe Faiad	85	4,52%	0			0
Ceres	Célio Domingos Mazzonetto	71	3,78%	348			348
Cristalina	Genervino Evangelista Da Fonseca	144	7,66%	0			0
Formosa	Carmem Dutra Araújo	107	5,69%	0			0
Goianésia	Governador Otávio Lage	118	6,28%	150	36		186
Goiânia	Sebastião De Siqueira	238	12,67%	1061	87	238	1386
Goiás	Goianeira Ayres Do Couto	69	3,67%	193		54	247
Goiatuba	Jerônimo Carlos Do Prado	126	6,71%				
Jaraguá	Irtes Alves De Castro Ribeiro	96	5,11%				
Palmeiras De Goiás	Padre Antônio Vémey	90	4,79%				
Piranhas	Cunha Júnior	3	0,16%				
Piranhas	Fernando Cunha Júnior	47	2,50%				
Porangatu	Maria Sebastiana Da Silva	161	8,57%	60			60
Santa Helena De Goiás	Luiz Humberto De Menezes	93	4,95%				
Uruana	Celso Monteiro Furtado	108	5,75%	282			282

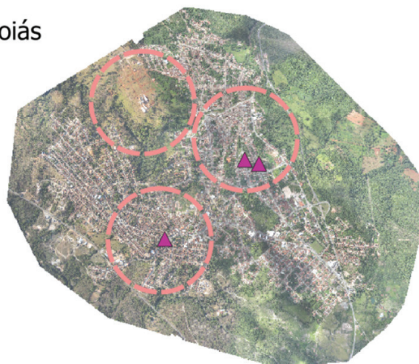
Fonte: Dados da Secretaria da Retomada, adaptado pelo autor. (2025)

Figura 11. Sedes do COTEC na cidade de Goiás

SEDES DO COTEC NA CIDADE DE GOIÁS



Goiás



LEGENDA

▲ Sedes do COTEC

Imagem aérea

Fonte: Levantamento do autor 2025.
Imagem aérea cedida pela Sema. 2022

Fonte: Autor. (2025)

eles priorizam ações itinerantes, potencializando sua capilaridade na atuação nos municípios próximos.

Tabela 5. Ações realizadas no COTEC de Goiás em 2024

Goiás		
Mês	tipo de formação	pessoas atendidas
Março	Capacitação	30
Março	Qualificação	28
Abril	Capacitação	17
Junho	Capacitação	29
Junho	Capacitação	32
Outubro	Qualificação	26
Outubro	Capacitação	30
Outubro	Capacitação	25

Fonte: Dados da Secretaria da Retomada, adaptado pelo autor. (2025)

Quanto aos cursos oferecidos em Goiás, as tabelas 6 e 7 indicam que a capacitação é voltada para culinária, enquanto a qualificação apresenta 2 eixos: um de saúde e cuidados; e outro de logística e tecnologia. Comparando os cursos oferecidos em Goiás com os outros municípios, podemos associar o eixo de cuidados com a implantação do Complexo de Saúde Estadual e com a pirâmide etária municipal.

Cabe esclarecer a diferença entre os cursos de capacitação e qualificação. Os cursos de capacitação incentiva o desenvolvimento contínuo do profissional dentro da área, enquanto os cursos de qualificação dão a base profissional, tornando-o apto ao trabalho.

Tabela 6. Cursos de capacitação oferecidos pelo COTEC em Goiás, 2025

Cursos de capacitação	Qtd de vezes ofertado
Comidas Típicas Doces para Festas Juninas	1
Comidas Típicas Salgadas para Festas Juninas	1
Confeitaria com amor de mãe	1
Confeitaria Romântica	1
Confeiteiro	3
Corte e Costura	1
Corte e Costura de Lingerie	1
Costura Criativa	1
Redação e Produção de Texto	1
Total Geral	11

Fonte: Página do COTEC, 2025, adaptado pelo autor. (2025)

Tabela 7. Cursos de qualificação oferecidos pelo COTEC em Goiás, 2025

Cursos de qualificação	Qtd de vezes ofertado
Cuidador de Idoso	1
Cuidador Infantil	1
Enfermagem no Atendimento Hospitalar e Áreas específicas	1
Massagista	1
Operador de Computador	1
Piloteiro	1
Total Geral	6

Fonte: Página do COTEC, 2025, adaptado pelo autor. (2025)

Os dados fornecidos pela secretaria apresentaram algumas lacunas, impossibilitando separar os vínculos de trabalho ou entender uma relação espacial das sedes com os municípios que receberam ações itinerantes. O pacote de dados fornecidos indica a existência de bolsas de estudo, porém sem especificar a quantidade delas, quais sedes foram contempladas ou critério de distribuição.

A nova sede do COTEC em Goiás ocupará 2.800m² em 3 blocos, ao custo de 8 Milhões de Reais (valores investidos até abril de 2024). O projeto prevê 1 sala “multididática”, a ser dedicada à mães em condições de vulnerabilidade, além de contar com 10 laboratórios de culinária, beleza, informática e prática de enfermagem (procedimentos de baixa, média e alta complexidade) e 7 salas de aula.

Os espaços da nova sede estão alinhados com os cursos ofertados até 2025, possibilitando que as formações alcancem um maior número de pessoas. Uma leitura dos dados indica que o foco em empreendedorismo pode saturar o mercado a médio prazo, diminuindo a eficácia do COTEC. Nota-se, contudo, que há espaços na edificação adequáveis a novos cursos, ajustando-se à necessidade local.

2.4. O INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG)

Criado pelo Presidente Nilo Peçanha, originalmente como Escola de Aprendizes Artífices na cidade de Vila Boa em 1909, após a transferência da capital para Goiânia, a escola tornou-se Escola Técnica de Goiânia (ETG). A ETG foi remodelada em 1999, passando a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO). Com a inclusão dos cursos superiores, aumentou-se o número de campi no estado. Por fim, A Lei Federal Nº 11.892, de 2008, instituiu a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, alterando novamente o nome para Instituto Federal de Goiás (IFG). A mesma lei criou o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), pela junção dos CEFET-GO de Rio Verde e de Urutaí com a Escola Agrotécnica Federal de Ceres.

O IFG ocupou, de 2012 a 2017, o prédio do Quartel do XX. Situado no centro histórico da cidade, o quartel foi construído entre 1751 e 1763 e funcionou como edificação militar até 1940, assumindo diversas funções como hotel, hospital, arquivo da prefeitura, secretaria municipal de cultura e escola. Possui área total de 1.859,38m², enquanto sediou o IFG, abrigou 7 salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, laboratório de edificações, laboratório de ciências, o Núcleo de Produção Digital (NPD), sala dos professores e instalações administrativas.

A nova sede do IFG no setor Residencial Bauman foi edificada em terreno de 50 mil m² doado pela prefeitura. A área construída é de 6.755m², possui 4 blocos com 2 pavimentos, com setor administrativo e biblioteca, 12 salas de aula, teatro, almoxarifado, refeitório, laboratórios e quadra poliesportiva coberta. A sede foi desenhada para atender 1.500 alunos.

A página de apresentação do IFG declara que a unidade pretende ter alcance regional e busca diminuir desigualdades sociais ao oferecer cursos alinhados com o perfil socioeconômico da cidade de Goiás.

Essa unidade tem a finalidade de atender às necessidades educacionais não só do município de Goiás, mas de toda a mesorregião do Noroeste Goiano que inclui a microrregião do Rio Vermelho, de São Miguel do Araguaia e Aragarças. (IFG)

A figura 12 é resultado da espacialização do município de origem dos alunos do IFG de 2022 a 2024. Nela vemos que os alunos vem de municípios onde existe campi do IFG, ao mesmo tempo que seu alcance não atende todos os municípios da mesorregião. Essa espacialização indica municípios onde o IFG pode intensificar ações para captar alunos, porém é necessário compreender que estruturas mínimas são necessárias para tal. Um caminho possível seria realizar parcerias entre prefeituras para viabilizar transporte dos discentes entre as cidades diariamente, ou moradias estudantis.

Os cursos ofertados pelo IFG são: Bacharelado em agronomia, bacharelado em cinema e audiovisual, licenciatura em artes visuais, qualificação profissional em serigrafia integrado à educação de jovens e adultos, técnico integrado em agroecologia e técnico integrado em produção de áudio e vídeo.

Tabela 8. Salas destinadas e capacidade de alunos do IFG cidade de Goiás

Turno	Modalidade	Salas Ocupadas	Alunos Atendidos
Manhã/Tarde	Ensino Médio	6	180
	Agroecologia	5	330
	Cursos Superiores	8	240
Noite	Ensino De Jovens E Adultos	1	30
	total		600

Fonte: Dados do IFG 2025, adaptado pelo autor. (2025)

Ainda que localizado em área de baixa densidade habitacional e com e as dificuldade de acesso ao prédio, a tabela 08 sinaliza que nos 3 turnos o IFG pode atender até 600 alunos em 2024. O quadro de profissionais é enxuto, apresenta cargos vagos, o que abre margem para expansão com novas turmas ou novos cursos.

Tabela 9. Quadro de postos de trabalho do IFG cidade de Goiás.

SERVIDORES	CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL
DOCENTE	44	2	46
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	31	10	41
TERCEIRIZADOS	18	8	26
TOTAL	93	20	113

Fonte: Dados do IFG 2025, adaptado pelo autor. (2025)

Para entender a composição do corpo técnico do IFG, buscamos a instituição para estabelecer uma relação entre os empossados no concurso público para provimento de vagas no IFG de Goiás e sua origem. Obtivemos dados do município de nascimento e o domicílio

informado no ato da posse. Entendemos que o dado é insuficiente para determinar se uma pessoa nascida em outra cidade possa ter assumido o cargo em Goiás enquanto já morava na cidade. De toda forma, com os dados acima, a tabela 10 sinaliza que a maioria dos docentes e técnicos-administrativos são de origem do estado de Goiás. Os 18 terceirizados que compõem o quadro do IFG nasceram e moram na cidade de Goiás.

Tabela 10. Tabela de Origem dos servidores por estado

ESTADO NASCIMENTO			
DOCENTE	QTD	TÉCNICO-ADMISTRATIVO	QTD
GO	30	GO	22
MG, SP	3	MG	3
MT	2	DF, PA, MA, PR, TO,	1
BA, DF, MA, PA, PB, RJ, TO	1	ES	
TOTAL	44	TOTAL	31

Fonte: Dados do IFG 2025, adaptado pelo autor. (2025)

Tabela 11. Domicílio dos docentes

DOCENTE			
CIDADE DOMICÍLIO	QTD	ESTADO DOMICÍLIO	QTD
GOIÂNIA	10	GO	41
GOIÁS	26	DF	2
INHUMAS	2	MG	1
TOTAL	44	TOTAL	44

Fonte: Dados do IFG 2025, adaptado pelo autor. (2025)

Tabela 12. Domicílios dos Técnicos-Administrativos

TÉCNICO-ADMISTRATIVO			
CIDADE DOMICÍLIO	QTD	ESTADO DOMICÍLIO	QTD
GOIÂNIA	3	GO	30
GOIÁS	25	MG	1
OUTROS	5		
TOTAL	31	TOTAL	31

Fonte: Dados do IFG 2025, adaptado pelo autor. (2025)

Considerando dados das tabelas 10, 11 e 12, e aceitando a hipótese dos empossados não morarem previamente em Goiás (8 docentes e técnicos nasceram em Goiás), é possível dizer que a vinda do IFG trouxe 63 profissionais para a cidade. Comparando com o número de servidores e docentes, temos aproximadamente uma relação 2 profissionais de fora para um profissional daqui, excluindo os terceirizados da conta devido a relação de trabalho. A proporção fica próxima de 85%, indicando que houve o movimento considerável de profissionais de outras cidades para preencher os postos de trabalho, com concentração no

estado de Goiás e representação ampla da nação, ainda que sem representação da região sul do país.

Benefícios sociais ocorreram em regiões após a instalação de instituições de ensino superior. Temos como exemplo a redução de desigualdade social e aumento da renda *per capita* citado pelo estudo de Casqueiro *et al* (2020) em cidades maiores que 50.000 habitantes. Ele relata que os efeitos de longo prazo ocorrem quando há “capacidade de transferir a tecnologia para o sistema produtivo”, e dele ressaltamos a relação da cidade com o entorno, que cidades com protagonismo regional possuem mais chance de resultados positivos.

A partir dessa leitura, o IFG pode promover, através dos cursos como o de agronomia, uma transferência tecnológica para a região, tendo em vista que o município apresenta um perfil agropecuário, ainda que o estudo de Casqueiro *et al* (2020) aborde cidades com população maior que Goiás.

2.5. CENTRALIDADES URBANAS

A configuração urbana pode acontecer de forma espontânea, uma vila na beira do rio se expande de acordo com o corpo d’água, apresentando formas sinuosas em suas vias. Ou orientada por critérios rígidos. Em Goiás, a cidade seguiu a cartilha portuguesa, como podemos observar na figura 1, o Rio Vermelho dividindo a cidade e formando um padrão ligeiramente ortogonal.

Com a expansão urbana, houve aumento na variedade dos serviços, comércios e moradias. A amplitude dos serviços colabora para diminuir o tempo de deslocamento. Busca-se, nesse cenário resolver demandas em locais que apresentem soluções amplas, gerando um fluxo de pessoas bens e serviços numa determinada região. Um ponto comum à população economicamente ativa é o percurso casa-trabalho. Para otimizar o tempo gasto nos deslocamentos buscamos encaixar nossas atividades sociais e de lazer, cuidados com a saúde em locais próximos a esse percurso.

Os primeiros estudos de configuração urbana são atribuídos a ecologia urbana, linha de pesquisa da Escola de Chicago³, e uma das críticas da Escola Francesa de Urbanismo é a concentração dos estudos na forma, e como encaixar os comportamentos humanos dentro da teoria. De acordo com Marafon (1996) podemos ler a escola de Chicago pelos conceitos

de: comunidade urbana, interpretar a sociedade como um organismo subdividido com relações entre si; e Fluidez, associada à expansão dos meios de transporte e comunicação. Para além destes são propostos outros conceitos para interpretar agrupamentos influentes na organização da trama urbana, e um deles é centralização, a relação entre pessoas e comodidades próximas a polos, proporcionando a integração social, econômica e cultural. Agrupamentos urbanos podem ser identificados pela concentração, acúmulo de pessoas e comodidades, “em áreas onde a natureza ou o homem desenvolveram as condições favoráveis à satisfação das necessidades de sustento, sendo, a mesma, medida, através da densidade” (Marafon, pág. 154. 1996).

Com isso entendemos que as centralidades urbanas são espaços na trama da cidade que apresentam concentração de atividades, possibilitando a essas áreas maior poder de articulação entre as esferas de poder e entre os frequentadores dessa região. Esses espaços são atratores de fluxos da cidade, por gerarem e manterem a circulação de pessoas, capitais e mercadorias.

Aplicando essa leitura para Goiás, conseguimos identificar que o largo do chafariz é um espaço de fruição e contemplação. Nele ocorrem atividades culturais como a encenação da Via Sacra, a tenda multiétnica do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, e entrega de medalhas pelo governador.

Na Praça do João Francisco ocorre anualmente a Festa de Santa Rita, celebração religiosa em homenagem a santa, atraindo pessoas não católicas e de outras cidades. Semanalmente ocorre a feira da agricultura popular na quinta e a feira de domingo.

No setor Residencial Bauman não há presença de praças ou outros espaços públicos além do IFG (quadra coberta e futuramente o teatro). O recorte de estudo deixa de fora as festividades religiosas do setor Vila Lyons assim como as ações comunitárias do campo do Carecão.

3 "Diversos autores ligados à Universidade de Chicago entre as década de 1920 e 1940, especialmente Robert Park, Ernest Burges,s e Lotus Wirth, desenvolveram ideias, por muitos anos, foram a base principal da teoria e da pesquisa na sociologia urbana. Dois conceitos desenvolvidos pela "Escola de Chicago" merecem uma atenção especial. Um deles é a chamada abordagem ecológica na análise urbana; o outro, a caracterização do urbanismo como modo de vida, desenvolvido por Wirth" (Park, 1952; Wirth. apud GIDDENS. 2005)

Com esses exemplos de centralidade usaremos o conceito de Sposito (2013) para centralidade:

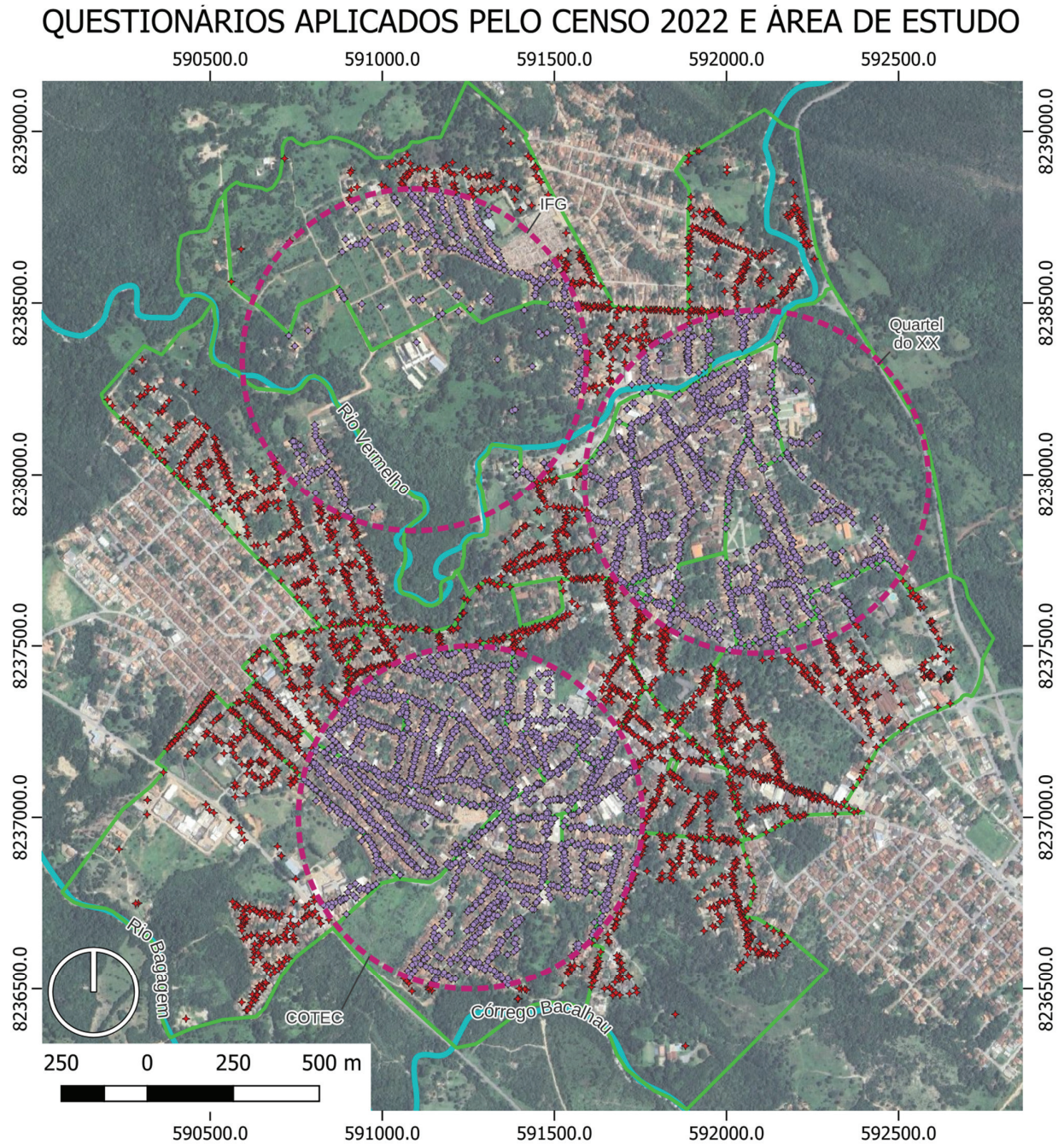
... não é uma área ou um lugar, mas sim uma condição de expressão central que uma área pode exercer e representar ... as áreas centrais são assim espaços que ancoram a instituição de centralidade mas não são a mesma coisa que elas... (SPOSITO. 2013)

O conceito aborda centralidade como algo latente e não visível e com indícios sensíveis. No trecho seguinte ela explica "... sua identificação é possível pelo acúmulo de serviços e atividades comerciais, os fluxos indicam a centralidade através dos nódulos de articulação e circulação...". Sposito (1998), e em seguida são apresentados as quatro dinâmicas demarcadoras de transformação: a) os novos padrões de localização dos equipamentos comerciais e de serviços e seus impactos frente ao papel do centro principal; b) as transformações econômicas expressas em formas flexíveis de produção que impõem fortes vínculos interurbanos na estruturação intraurbana; c) redefinição da centralidade está não como um processo novo, mas como uma nova camada sobre uma estrutura anterior; e d) a importância que o automóvel passa a ter dentro da dinâmica de consumo e do lazer altera o cotidiano pela lógica da localização.

Baseado em Sposito (2013), buscaremos nas áreas estudadas como a dinâmica dos fluxos de pessoas foi alterada com a movimentação das sedes das instituições de ensino. O Quartel do XX servirá como grupo controle, por entendermos que as alterações urbanas dentro da área de tombamento serem mais rígidas. Contudo, é necessário um parâmetro de como a cidade se modificou ao longo dos anos e, por isso, estudar um recorte dentro da área de tombamento, uma região em desenvolvimento e uma área consolidada da cidade. Buscaremos as alterações no espaço físico desde a decisão de implantação das instituições: 2012 para IFG e 2022 para o COTEC. Quais camadas foram adicionadas a centralidades existentes. Por fim a relação automóvel e as áreas de lazer dentro dos recortes de estudo.

Delimitamos um raio de 500 metros usando as edificações como centro, indicado na figura 13. A área de estudo foi baseada no deslocamento a pé, considerando-se a cidade ser pequena em extensão, e o transporte público reduzir-se a uma linha que circula 3 vezes por dia, de segunda a sexta. Nas três áreas de estudo encontramos comércios, serviços e moradias de porte variado (lotes de 200m² a 1000m²). Classificar essas regiões como centralidade é

Figura 13. Mapa de questionários aplicados dentro dos setores censitários que tocam as áreas de estudo



LEGENDA

- - - Área de Estudo
- Questionários nas Áreas de Estudo
- + Questionários nos setores de interseção
- - - Setores Censitários

Área de Estudo	Questionários na Área	Estimativa Pessoas	Estimativa hab/km ²
COTEC	2073	5141,04	6,54
IFG	363	907,5	1,15
Quartel do XX	1272	2989,2	3,8

Fontes: Malha censitária, Aplicação de questionários: IBGE, 2022. Processamento do autor, 2025. Imagem de Fundo: Google 2025

Fonte: IBGE. 2023. Adaptado pelo Autor. (2025)

afirmar que a presença dessas instituições incentivou uma parcela da população a morarem, trabalharem ou prestarem serviço nas imediações das mesmas, e verificaremos se há uma diferenciação dessas regiões em comparação com a cidade.

3. AS CENTRALIDADES DO COTEC, IFG E QUARTEL DO XX NO DESENHO URBANO CIDADE DE GOIÁS.

3.1. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DE ARRAIAL AO TOMBAMENTO DA UNESCO

Este segmento analisa as centralidades urbanas presentes na cidade de Goiás, considerando sua evolução histórica. Goiás foi fundada como arraial em 1727 por Bartolomeu Bueno, e sua localização é relevante para a ocupação do centro-oeste brasileiro pelo fato de a ocupação estar para além do Tratado de Tordesilhas (acordo que dividiu o território sul-americano entre a coroa portuguesa e espanhola). Ganhou o título de vila em 1739 por terem encontrado ouro de aluvião; dez anos depois (1749), tornou-se capital da Capitania de Goiás.

O ciclo do ouro foi curto. De acordo com Vidal (2009), Vila Boa passa por um processo de declínio do poder colonial à medida que a produção de ouro fica escassa, abrindo possibilidades para que o poder local encontrasse um caminho próprio diante da espera das decisões do Rei ou Vice-rei. Por sua vez, Sousa (2020) sinaliza que após o declínio do ouro o foco passa a ser a pecuária.

A cidade de Goiás permanece como capital do estado até 1933 com a transferência para Goiânia, município a 148km de distância. Oliveira (2011) aponta que o motivo de Pedro Ludovico transferir era reduzir o poder político das oligarquias locais entre elas a família Caiado, mas publicamente a justificativa era de ocupação das regiões menos habitadas do estado.

No ano de 1978 o conjunto arquitetônico do centro histórico foi tombado a nível nacional pelo IPHAN, sendo a cidade e o entorno tombados como patrimônio mundial da humanidade em 2001 pela UNESCO.

Do histórico notamos que Goiás teve o ciclo extrativista, um ciclo das oligarquias e após a transferência da capital surge o poder patrimonial, a partir do qual as oligarquias locais controlam a narrativa de ocupação espacial do estado e da memória, com seu mito fundador. Depende-se que as oligarquias locais não perderam poder após 1933, pois o campo em

disputa mudou, indo para o campo do patrimônio histórico e da memória. Tanto é que a carta de candidatura para o tombamento da cidade delimita a área a ser preservada e cita quais famílias tem participação ativa na preservação do patrimônio.

3.2. AS CENTRALIDADES URBANAS DE GOIÁS

Do primeiro núcleo urbano às margens do Rio Vermelho à cidade que temos hoje, houve expansões e ressignificações do espaço. A Figura 1 ilustra como a cidade era dividida pelo Rio Vermelho: abaixo do rio temos a casa de Câmara e Cadeia (marco político), a Cruz do Anhanguera (marco cívico) e a Igreja de Santa Anna (marco religioso); acima do rio temos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (marco religioso, demolida em 1920 para ser reconstruída em estilo neogótico entre 1934 e 1942), o Quilombo do Alto Santana (marco comunitário), e a Igreja de Santa Bárbara (marco religioso).

Já a expansão da cidade ocorre em dois sentidos: um em direção a Goiânia, tendo como limite a GO 164; e a ocupação em direção a GO 070. A cidade não se expande tanto acima do rio, do primeiro núcleo temos o setor Vila Lyons e mais recente o setor Residencial Bauman. **A Erro! Fonte de referência não encontrada.** indica a expansão dos perímetros urbanos, corroborando a expansão no sentido a Serra Dourada (marco geográfico) que fica ao sul da cidade e não no sentido do Morro da Índia (marco geográfico).

Hoje temos uma trama urbana que atravessa os limites da GO 164 e da GO 070, com um início de conurbação com o distrito de Davidópolis. Com isso, podemos identificar centralidades, das quais destacam-se: Centro Histórico, Setor Papyrus, Setor Tempo Novo, Setor João Francisco, e Setor Residencial Bauman.

O Centro Histórico será entendido nesta peça como a região de tombamento mais rígida do IPHAN, que determina, entre outras coisas, a unidade arquitetônica das cores, como mostra a Figura 14, além de fachadas e altura das edificações. Conforme o tombamento, existem dois grupos onde as edificações são classificadas: coloniais com ornamentação mais crua e cores com toque caiado; e ecléticas que engloba todas as outras edificações, com cores mais firmes. A classificação do IPHAN segue um levantamento fotográfico, onde intervenções precisam manter suas características originais, no caso de edificações novas há necessidade de manter uma harmonia com as construções do entorno.

As ruas do centro histórico possuem traçado quase ortogonal, com poucas exceções, suas principais vias de deslocamento são a Av. Beira Rio, Rua 15 de novembro e Av. Deusdete, como mostra a Figura 15.

Figura 14. Tabela de cores para as fachadas dentro do perímetro tombado

COLONIAL

Colonial: Alvenarias e cachorros				Colonial: Elementos decorativos em massa											
Branco Neve	Branco Gelo				Pêssego	Palha	Pérola	Marfim	Creme						
Colonial: Elementos em madeira (esquadrias / esteios / vigas)															
Azul Del Rey	Azul Safira	Azul Real	Azul Mar	Verde Colonial	Verde Folha	Verde Oliva	Verde Angra	Vermelho Goya	Vermelho Colorado	Vermelho Cerâmica	Vermelho Escarlate	Tabaco	Ocre	Creme	

ECLÉTICO

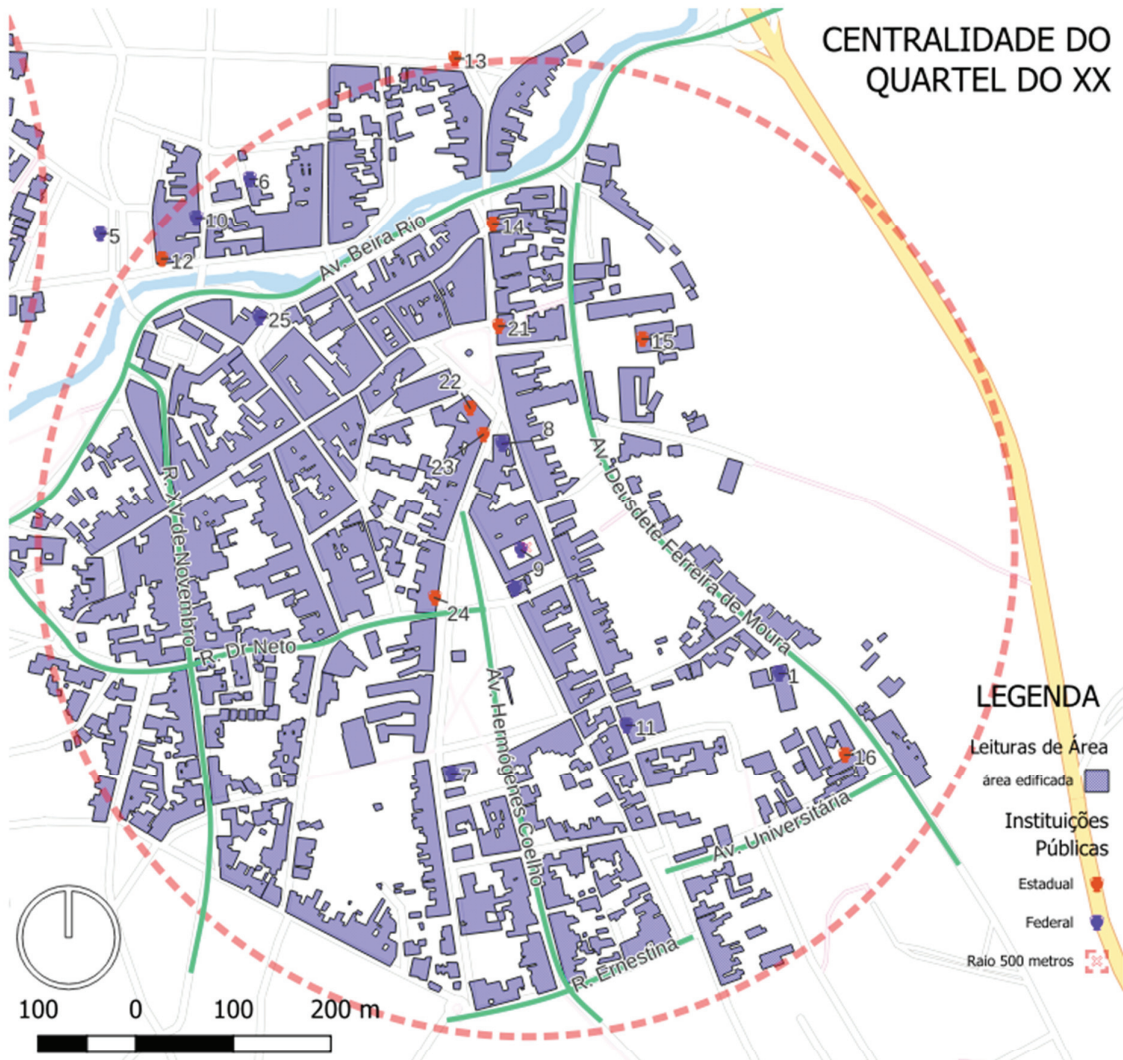
Eclético: Alvenarias e Elementos decorativos em massa																
Branco Neve	Branco Gelo	Cinza	Pérola	Marfim	Areia	Creme	Pêssego	Pistache	Palha	Savana	Fiamingo	Damasco	Verde Acqua	Verde Campestre	Menta	Azul Cali
Eclétismo: Elementos em madeira																
Azul Del Rey	Azul Safira	Azul Real	Azul Mar	Verde Colonial	Verde Folha	Verde Oliva	Verde Angra	Vermelho Goya	Vermelho Colorado	Vermelho Escarlate	Tabaco	Cinza Escuro	Cinza Médio	Platina		
Eclétismo: Gradis																
Azul Del Rey	Azul Safira	Azul Mar	Verde Colonial	Verde Folha	Verde Oliva	Tabaco	Vermelho Goya	Vermelho Colorado	Vermelho Escarlate							

Fonte: IPHAN 2023

A nível de infraestrutura urbana, todo o setor possui fornecimento de água e luz, com alguns pontos de Internet a fibra óptica e rede pluvial superficial. Por ser a região mais antiga da ocupação de Goiás, recebeu bastantes investimentos, visto que com o tombamento há uma vontade local de conservação dos bens. A nível de cidade, a área concentra boa parte das instituições públicas, como indica a Figura 4.

O setor residencial Bauman foi um loteamento com início de vendas na década de 90, porém sua ocupação ocorreu em conjunto com a chegada da sede do IFG em 2012. Após a conclusão da sede do IFG, a imagem aérea vislumbra uma nova onda de ocupação, que até a presente data apresenta lotes vagos no setor. As residências são de porte variado, sem unidade arquitetônica, o traçado das vias é ortogonal, sendo a via que liga o Bauman ao setor Vila Lyons e a ponte que liga ao Setor Rio Vermelho seus principais acessos, como mostra a figura 14.

Figura 15. Centralidade do Quartel do XX



Fontes: Localização obtida in loco pelo autor, 2025. Mapa de fundo: Open Street Map. Processado pelo autor 2025.

Núm	Nome	Escala
1	Biblioteca Cajú - UFG	Federal
4	CORREIOS	Federal
5	IBGE	Federal
6	INSS	Federal
7	Museu das Bandeiras - IBRAM	Federal
8	Museu e Arte Sacra da Boa Morte - IBRAM	Federal
9	Quartel do XX - IFG/Município	Federal
10	Receita Federal	Federal
11	Restaurante Universitário - UFG	Federal
12	Vapt Vupt	Estadual

Núm	Nome	Escala
13	Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário GO	Estadual
14	Cine Teatro São Joaquim	Estadual
15	Coordenação Regional de Educação de Goiás	Estadual
16	Campus Cora Coralina - UEG	Estadual
21	Delegacia Regional de Fiscalização - SEFAZ	Estadual
22	Palácio Conde dos Arcos	Estadual
23	Ministério Público do Estado de Goiás	Estadual
24	Fórum do Trabalho Goiás	Estadual
25	IPHAN GO	Federal

Fonte: Autor. (2025)

A nível de infraestrutura urbana, o loteamento foi entregue sem pavimentação das vias, com a prefeitura dividindo o custo com o IFG para a realização da obra. O setor possui fornecimento de água, e internet a fibra ótica. Das regiões estudadas é a menos ocupada (Figura 16); contudo, recebeu uma ponte para interligar o Setor Rio Vermelho com o Setor Residencial Bauman, fechando um círculo viário, indicando um eixo de investimentos que ainda não acompanhou a ocupação do setor.

Sobre o setor João Francisco encontramos uma sinalização de sua existência no mapa histórico de 1867. Há uma casa de pólvora na direção do setor, e a mesma é citada no mapa histórico de 1918, indicando uma casa de pólvora onde supõe-se que viria a ser a R. Damiana da Cunha. Deste ponto de partida podemos inferir que era uma região afastada do núcleo urbano original.

De acordo com Nito (2019) o setor João Francisco começa após a área de amortecimento ser criada, consequência do tombamento do conjunto arquitetônico. Com maior flexibilidade para a construção das edificações, o setor resulta numa variedade de tipologias, como casas tipo, presença de grandes galpões e sobrados. O destaque para o setor é o centro comercial que possui variedade de comércios e serviços.

A R. Damiana da Cunha, a R. Santos Dummont e a R. Aeroporto apresentam grande quantidade de empreendimentos comerciais. O traçado é sinuoso, com algumas vias ortogonais, como mostra a Figura 17. Suas principais vias são a Rod. Federal que liga a GO 164 com a GO 070, a R. Aeroporto que segue até o setor de mesmo nome.

Para além dos espaços em foco nesta peça, a cidade de Goiás apresenta outras centralidades relevantes. O setor Tempo Novo é resultado de luta popular por habitação, e o setor Papyrus está localizado no distrito de Davidópolis, em processo de conurbação com Goiás. Cada um foi ocupado de forma descontínua da trama urbana. Para chegar a estes setores é necessário acessar a rodovia estadual, GO 164 para o Papyrus e GO 070 para o Setor Tempo Novo, até a presente data.

Com isso temos uma leitura de centralidades de Goiás, um núcleo histórico tombado com forte presença do poder público, uma região de expansão como o Setor Residencial Bauman e do setor com variedade comercial como o João Francisco e em conjunto com outras centralidades da cidade que completam a trama urbana de Goiás.

3.3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

A construção do espaço urbano envolve múltiplos atores, a sociedade, o poder público, e a iniciativa privada. Para equilibrar as disputas pela ocupação do espaço, o poder público num cenário ideal serviria para ponderar a influência da iniciativa privada sobre a sociedade. Dos três atores a o poder público municipal está habilitado para determinar a utilização do território seja por código de obras, código de posturas, ou outro instrumento legal que sirva de base jurídica e informe o que pode ser construído numa região e quais seus parâmetros a serem respeitados, na outra forma é via fiscalização. Garantindo que todas as intervenções no espaço urbano seguem as determinações pré-estabelecidas. Essas duas ações complexas são capazes de equilibrar uma ocupação do solo mantendo um espaço com qualidade de uso para os cidadãos sem deixar de ser atrativo para o poder econômico.

O plano diretor mais recente está em processo de validação pela câmara municipal. O caderno de diagnóstico do novo plano diretor foi entregue em 2023 após ser aprovado em audiência pública, durante sua elaboração contou com escutas comunitárias que ocorreram de 2021 a 2023. O plano vigente é de 1996, anterior ao estatuto das cidades e ao reconhecimento da UNESCO.

O caderno aponta eixos como “Proteção do patrimônio histórico; Proteção ambiental para garantir água para abastecimento, evitar enchentes e alagamentos; Crescimento econômico sustentável; e recuperação do crescimento populacional perdido nos últimos 20 anos” (SEPLAM, 2023b). Esses eixos são necessários para preparar a cidade para os próximos anos, tocam em temas como crise climática, sinaliza uma expansão urbana tentando preservar corpos d’água e áreas verdes.

O estatuto das cidades, Lei Federal 10.257/2001, é a legislação que baliza o planejamento urbano no Brasil, nele constam dispositivos legais para que os municípios organizem sua trama urbana, respeitando a autonomia e separação dos poderes, contudo, a participação de alguns programas federais depende da aprovação de certos dispositivos. O caderno de diretrizes apresenta as seguintes ferramentas de política urbana para Goiás, elas são:

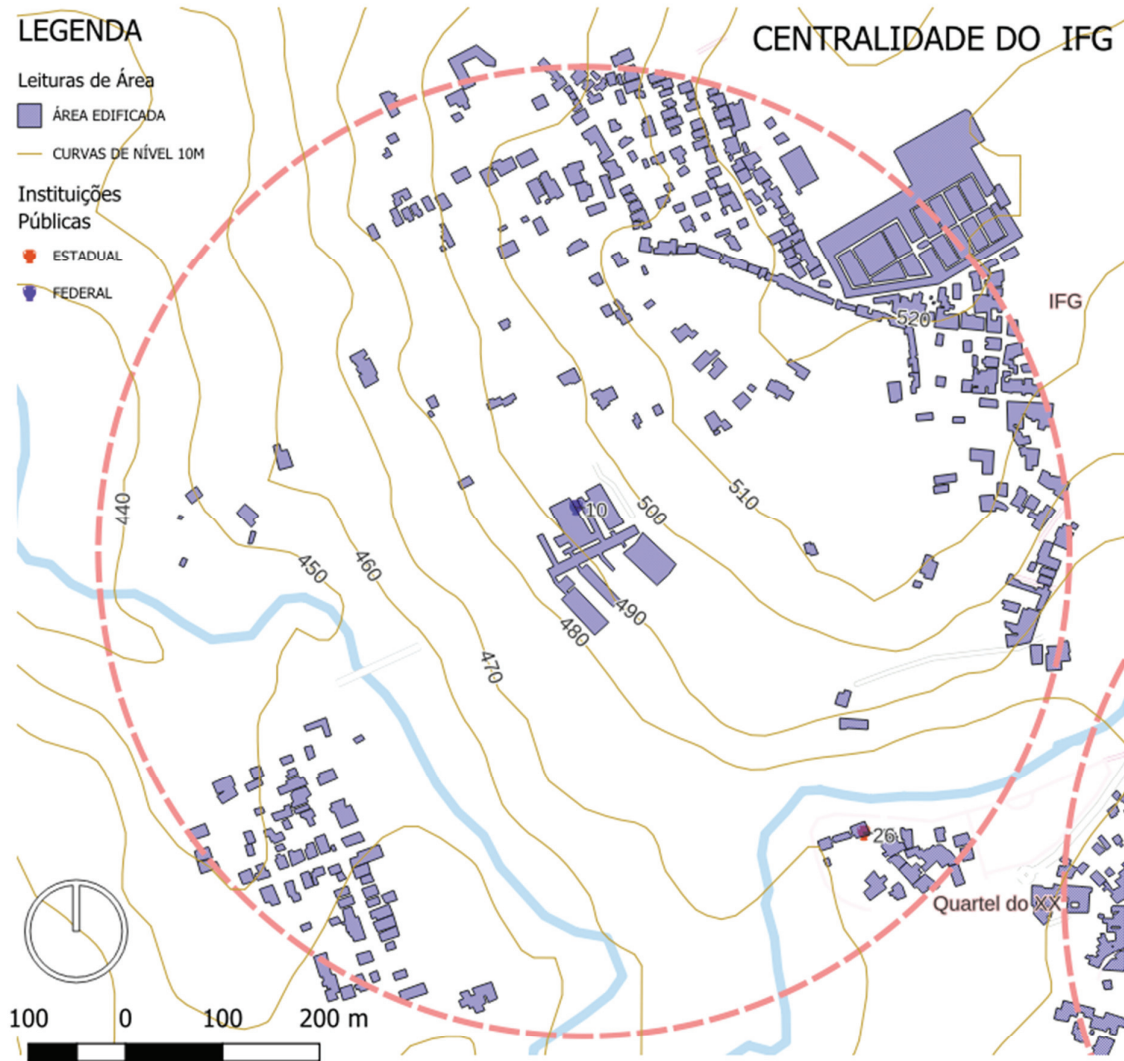
- a) Utilização compulsória, o imposto territorial ou imposto predial territorial urbano aumenta de forma progressiva, à medida que o imóvel ou terreno

permanece em desuso após 5 anos a prefeitura tem preferência de compra, pagando com títulos de dívida pública;

- b) Estudo de impacto de Vizinhança (EIV), esse estudo serve para mensurar o impacto do empreendimento nas infraestruturas existentes, como trânsito e meio ambiente. Com espaço para apresentar ações mitigadoras de impactos para a viabilização do empreendimento;
- c) Outorga Onerosa do direito de construir, abre margem para construções acima dos índices de aproveitamento do solo, desde que seja paga uma taxa adicional, destinada para o Fundo Municipal de Urbanização;
- d) Outorga onerosa de alteração de uso, taxa para alterar o uso na zona rural para a implantação de condomínios de chácaras, com arrecadação destinada para o Fundo Municipal de Urbanização;
- e) Regularização fundiária, dispositivo para a regulamentação de núcleos urbanos informais ou com origem de parcelamentos irregulares, clandestinos ou informais. De acordo com a Lei Federal 13.465/2017 existem duas tipologias, uma para população com baixa renda e outra para população sem baixa renda;
- f) Concessão de direito real de uso, a propriedade pertence ao estado, porém o concessionário tem o direito de uso vitalício, podendo transferir para seus descendentes. Isso impede que os empreendimentos destinados à atender moradia popular sejam construídos pelo estado e entrem no mercado imobiliário além garantir que os imóveis permaneçam com as famílias contempladas;
- g) Usucapião Especial do imóvel urbano, dá o amparo legal para que a propriedade do imóvel seja transferida para as famílias que o ocupem áreas particulares por mais de cinco anos sem a oposição do proprietário.

Os mecanismos apresentados acima oferecem ao poder público municipal opções de controle e tributação sob o uso do solo, busca regularizar a questão fundiária e amplia os direitos de propriedade, combate à especulação imobiliária além de garantir a inclusão social e financiamento de políticas públicas.

Figura 16. Centralidade do IFG



Fontes: Localização obtida in loco pelo autor, 2025. Mapa de fundo: Open Street Map. Processado pelo autor 2025.

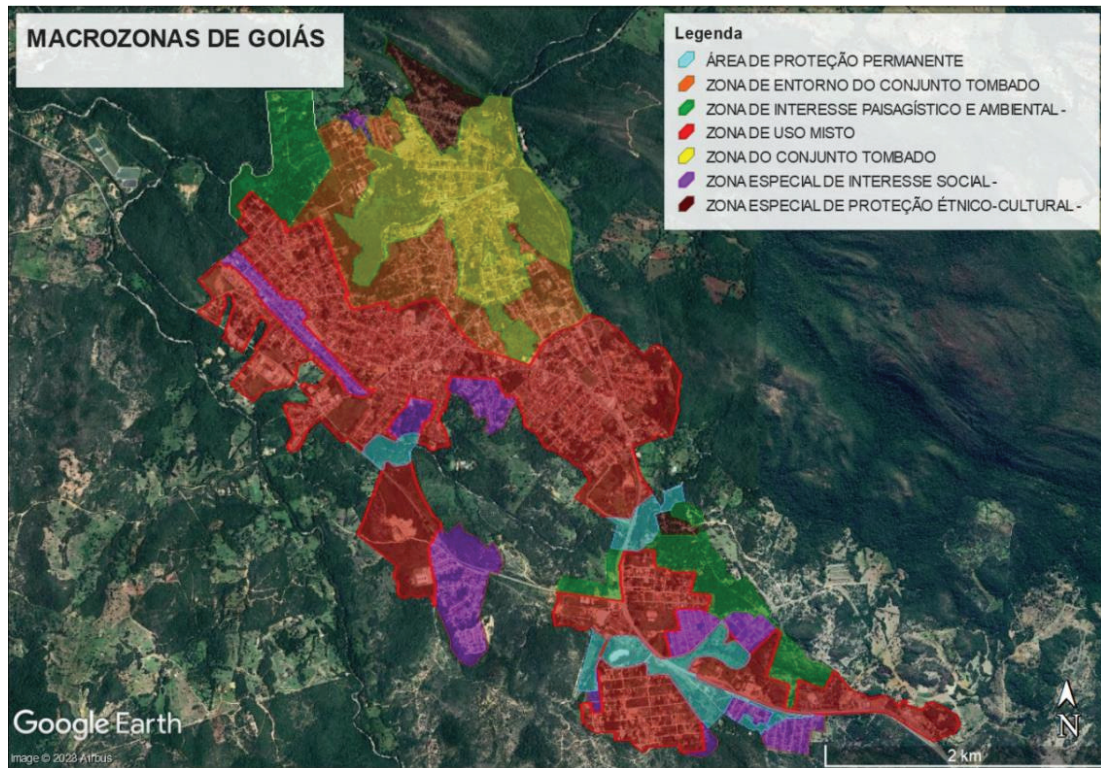
Núm	Nome	Escala
10	Campus Cidade de Goiás - IFG	Federal
26	Núcleo de Promoção e Desenvolvimento Artístico de GO	Estadual

Fonte: Autor. (2025)

Dentro do cenário da cidade universitária os dispositivos **a**, **f** e **g** podem ser utilizados para a criação e manutenção de residências para alunos que buscarem formação no município. Os dispositivos **c**, **d** e **e**, servem como flexibilização da regra, de forma que as contrapartidas sejam revertidas à população em geral.

3.4. DIMENSÃO TERRITORIAL

Figura 18. Macrozonas propostas para Goiás



A divisão das macrozonas, Figura 18, mantém a separação entre o antigo distrito de Davidópolis e Goiás, ainda que a separação ocorra por motivos ambientais há sinais de uma conurbação. Podemos visualizar a ausência de zona de entorno do conjunto tombado na parte mais ao sul da delimitação da zona de tombamento, tal situação pode criar uma separação brusca entre as tipologias, uma vez que a zona de amortecimento serve para retardar alterações bruscas no desenho urbano. Portanto essa zona está sob maior risco de descaracterização. A Figura 18 traz 6 zonas de especial interesse social (ZEIS) ao lado de áreas de proteção permanente, porém entendendo que as ZEIS são indutores de expansão urbana, cabe uma reflexão sobre qual empreendimento consiga coexistir nessas áreas.

3.4.1. Densidade demográfica

De acordo com o Censo demográfico 2022, Goiás tinha 24.071 habitantes, com área territorial de 3.108,42 km² e densidade populacional de 0,07744 habitantes/hectare. A utilização dos dados a nível municipal dificultaria uma análise dos recortes municipais. Ao pegar a densidade do município e dividir pela área de estudo resultaria em 3 valores iguais,

com isso buscamos alternativas para representarem as nuances das áreas de estudo. Optamos por buscar uma contagem de pessoas dentro de cada recorte e assim chegar no valor aproximado da densidade.

Para chegar a esse valor buscamos a quantidade de questionários aplicados pelo Censo 2022 em cada setor censitário, com isso conseguimos estimar a quantidade de domicílios, sabendo que um questionário é aplicado em cada domicílio. Na etapa seguinte levantamos a média de pessoas por domicílio por setor censitário, também fornecido pelo Censo 2022. Com esses valores desenhamos a Figura 19.

Para o dado de densidade populacional fazer sentido é necessário observá-lo em contraste com outros valores, como investimentos na região, quantidade de comércios e serviços e a ocupação do espaço. Na Figura 13 temos a espacialização da aplicação dos questionários do Censo 2022, possibilitando entender a ocupação das três regiões, com detalhamento da mancha construída nas Figura 15, Figura 16 e Figura 17.

3.4.2. Os Espaços Públicos

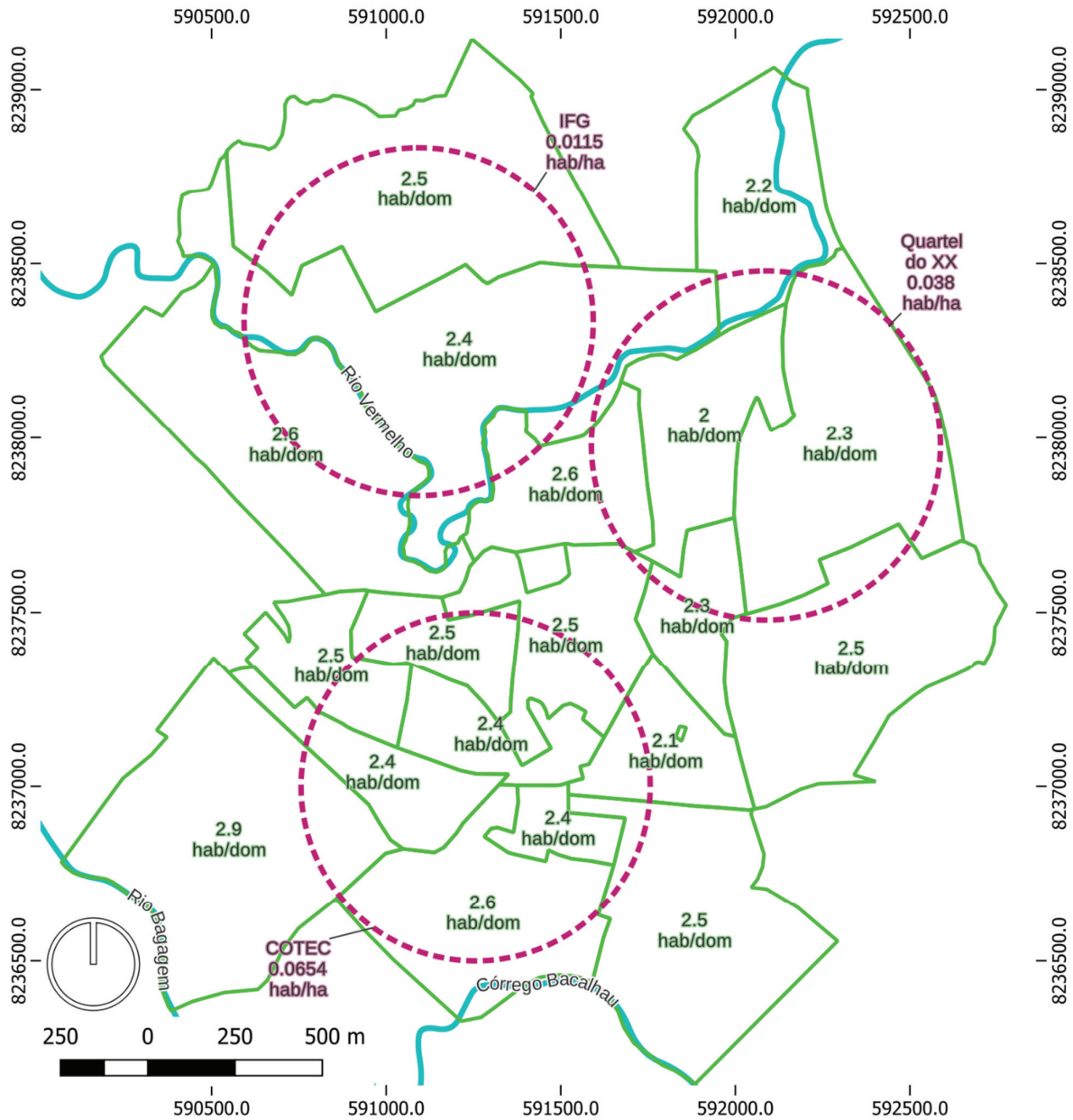
O caderno de diagnóstico do plano diretor (SEPLAM, 2023a) apresenta o levantamento sobre os espaços públicos, de uso público e a localização de algumas expressões do patrimônio imaterial, representada na Figura 20. A partir dessa espacialização podemos comparar com as densidades de cada região estudada.

A partir da análise da Figura 20 é possível ver uma concentração de espaços públicos na área do Quartel do XX. Na área do COTEC temos uma concentração de equipamentos de saúde. Na área do IFG não há espaços públicos além do IFG e a edificação está fora da cobertura do transporte público.

A espacialização de quadras e ou campos públicas(os) indica uma concentração oposta a densidade populacional. Na área do IFG são 3 alternativas: a quadra coberta do IFG, o campo Carecão e a quadra ao lado do posto de saúde; no Quartel do XX: a quadra coberta do Colégio Santana, a quadra do Lyceu, e a quadra na Travessa Felix de Bulhões; na área do COTEC não há quadras ou campos públicos, ainda que haja a quadra do Colégio Militar, uma quadra particular ao lado do COTEC, e uma quadra e um campo no Clube da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) também particular.

Figura 19. Estimativa de densidade populacional na área de estudo

DENSIDADE POPULACIONAL ESTIMADA NAS ÁREAS DE ESTUDO



LEGENDA

- Área de Estudo
- Setores Censitários
- Hidrografia

Área de Estudo	Questionários na Área	Estimativa Pessoas	Estimativa hab/km ²
COTEC	2073	5141,04	6,54
IFG	363	907,5	1,15
Quartel do XX	1272	2989,2	3,8

Fontes: Malha censitária, Aplicação de questionários: IBGE, 2022.
 Processamento do autor, 2025.

Fonte: IBGE. 2024. Adaptado pelo Autor. (2025)

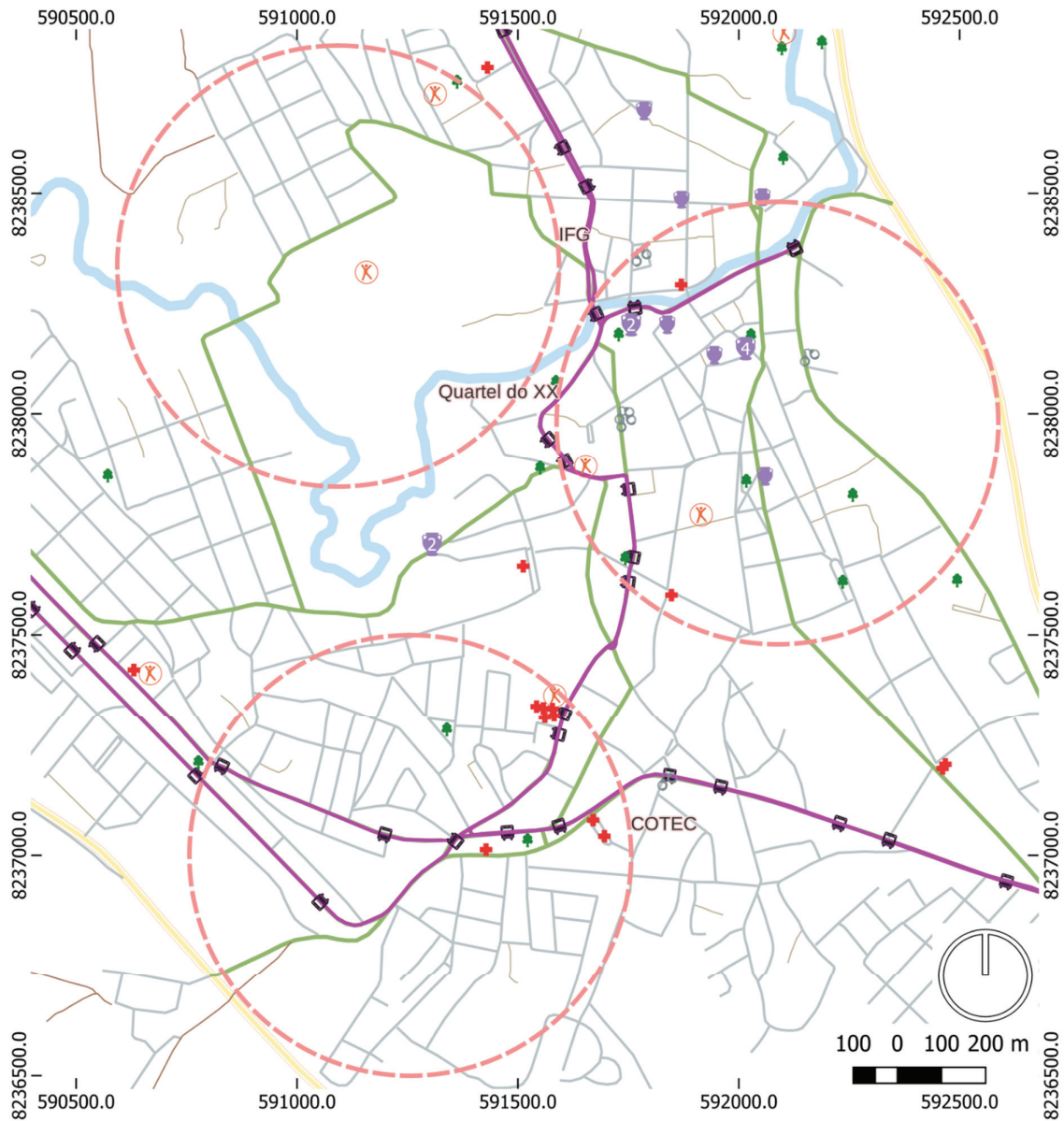
As áreas estudadas apresentam cobertura por unidades básicas de saúde (atenção primária), o Hospital São Pedro (atenção secundária) que atende a cidade de Goiás se encontra na região do Quartel do XX. De acordo com a portaria Nº 2.488 de 2011 do Ministério da Saúde temos a relação de uma UBS para cada 12 mil habitantes.

A análise da distribuição de expressões culturais demonstra uma relação entre população e ações culturais, na região do Quartel do XX temos maior quantidade de expressões religiosas enquanto na região do COTEC temos apropriações do espaço público pela sociedade. Na região do IFG identificamos expressões religiosas na Vila Lions. Dessa forma a região do IFG não atrai pessoas para fruir expressões culturais, a situação poderá mudar após a abertura do teatro prevista para ocorrer em 2025.

A linha de ônibus pode influenciar no uso dos espaços públicos. Atualmente em Goiás há uma linha de transporte urbana gratuita. Conta com dois ônibus que fazem o percurso em 3 horários, de segunda a sexta feira. Como a Figura 20 mostra o IFG não está atendido pela rota, com isso fica comprometido o deslocamento até a região.

Figura 20. Mapa de localização dos equipamentos públicos, rotas de ônibus e bens imateriais

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, ROTA DE ÔNIBUS E BENS IMATERIAIS



LEGENDA

Patrimônio Imaterial

EQUIPAMENTOS

- Transporte Coletivo Público
- Saúde Pública
- Segurança Pública
- Esporte e Lazer
- Quadras Esportivas

CLASSIFICAÇÃO VIÁRIA DE GOIÁS

- Caminhos pedonais
- Vias Arteriais
- Vias Coletoras
- Vias Expressas
- Vias Locais

Número Área de Estudo

- 1 COTEC
- 2 IFG
- 3 Quartel do XX

Fontes: Patrimônio imaterial, rota do transporte coletivo, equipamentos de saúde, segurança, esporte e lazer e classificação viária: Caderno de Diagnóstico do Plano Diretor de Goiás, 2023. Processado pelo autor, 2025

Fonte: Autor. (2025)

3.5. COMO AS CENTRALIDADES E A DIMENSÃO TERRITORIAL REBATEM NA JUSTIÇA ESPACIAL

Tratar de justiça espacial dentro do território vilaboense passa por analisar as consequências das escolhas do uso dos territórios e perceber que essas escolhas são justas ou injustas (a depender de quem as vive). A leitura não se resume a estudar a ação dos poderes locais no espaço, mas entender que o espaço é socialmente construído pela sociedade. Por sua vez, essa mesma sociedade deve ser entendida não como o um bloco uníssono em seus interesses, e sim como um agrupamento de pessoas com interesses distintos no uso desse espaço e com diferentes capacidades de impor esses interesses diante dos demais.

No artigo de Philippe Gervais-Lambony (2017), Justiça espacial, experiências e pistas de pesquisa, ele apresenta as três possibilidades para responder “o que é justiça espacial”. A primeira aborda a dicotomia entre legislação criada apenas para constar que existe e legislação que atenda às necessidades da sociedade. A segunda aborda que existe uma categoria “universal” de justiça espacial e valerá em todas as partes. Neste texto usaremos a terceira vertente.

... entre as injustiças que seriam ligadas às desigualdades socioeconômicas e aquelas que diriam respeito à negação de “reconhecimento”, mais simplesmente ainda entre injustiças econômicas e injustiças culturais. (Gervais-Lambony, 2017, pág. 118)

A escolha da vertente ocorre pela possibilidade de buscar dados sobre a desigualdade econômica e cultural (representado na Figura 20) nas três áreas de estudo, e na cidade como um todo. Uma forma proposta de investigar a justiça espacial é investigar as injustiças e no texto ele apresenta seis formas de opressão, para identificar injustiças espaciais, as cinco primeiras baseadas nos trabalhos de Marion Young (2000, apud GERVAIS-LAMBONY, 2017, pág. 119) e a sexta em Harvey (1992, apud GERVAIS-LAMBONY, 2017, pág. 121):

- a) “exploração”, opressão no sentido marxista, onde o trabalhador é oprimido pelo sistema capitalista.
- b) “marginalidade”, recortes sociais que perdem o respeito por si mesmo, ainda que isso os garanta acesso a benefícios essenciais para subsistência. “(idosos, pessoas sem emprego e sem esperanças, mães solteiras e moradores de rua)”

- c) “ausência de poder”, ocorre quando invariavelmente o grupo social se encontra excluído da possibilidade de decisão.
- d) “imperialismo cultural”, essa opressão pode ser vista quando se toma uma parcela de expressões culturais para caracterizar um grupo maior, gerando assim a invisibilidade das outras expressões culturais.
- e) “violência”, é normalizada enquanto “prática social” quando orientada a grupos sociais específicos.
- f) e a sexta, adicionada posteriormente por Harvey (1992, apud GERVAIS-LAMBONY, 2017, pág. 121), “a não consideração do prejuízo causado por nossas ações aos habitantes de outros espaços e às gerações futuras pela degradação definitiva do meio ambiente”

Aqui cabe explicar o contexto onde essas opressões foram identificadas, Young (2000, apud GERVAIS-LAMBONY, 2017, pág. 119) escreve dentro do contexto do *apartheid* na África do Sul, e Harvey traz que o capitalismo é a fonte da injustiça espacial de forma universal. O conceito de justo apresentado por Gervais-Lambony (2017) é aquele socialmente construído, logo cada parcela da sociedade possui características distintas de bom e ruim, bonito e feio. No caso desta peça em particular é necessário posicionar o pesquisador dentro da dinâmica social, uma vez que o olhar irá influenciar o objeto, ainda que a análise seja feita por dados, a obtenção, classificação e apresentação dos mesmos é socialmente orientada. É necessário um cuidado na apresentação das informações, para evitar práticas opressoras e injustas.

Para chegar na definição de “espaço justo” Gervais-Lambony (2017) recorre a Lefebvre propondo um “terceiro espaço” como desdobramento do “primeiro espaço” (espaço percebido de Lefebvre (1972, apud GERVAIS-LAMBONY, 2017, pág. 129)) e do “segundo espaço” (espaço concebido de Lefebvre (1972, apud GERVAIS-LAMBONY, 2017, pág. 129)), definindo-o como espaço “real e imaginado” tomando a noção de espaço, “nosso espaço é projeção de nós mesmos ao mesmo tempo que realidade: um espaço justo seria, então, aquele que é produzido no respeito dessa relação humano e do lugar”.

Dito isto, e interpretando as cartografias produzidas até então, podemos identificar a sexta opressão nas três áreas de estudo quando observamos a redução de áreas verdes, com

isso indicando uma despreocupação com gerações futuras. Também é possível observar um misto entre “ausência de poder” e “imperialismo cultural” por práticas tradicionais da cidade terem menor visibilidade (Jongo, Catira) que práticas que envolvam segmentos com maior participação nas decisões sobre a identidade cultural do município (Fogáreu, dia do vizinho). A própria implantação das sedes do COTEC e do IFG é um exemplo de “ausência de poder” devido ausência de participação das comunidades do entorno na decisão.

Outra forma de ler as áreas de estudo sob a ótica da justiça espacial, é fazer a leitura a partir da escala humana. Buscamos de forma sintética, adicionar o elemento do “vivente”, um indivíduo que habite o recorte do território estudado e de forma sucinta responder à perguntas sobre: acessibilidade dentro do recorte e entre recortes; a variedade dos comércios e serviços; garantias de acesso a bens e expressões culturais; o espaço fica mais justo pelo indivíduo pertencer a qual grupo social

Começando pelo Quartel do XX, o vivente deste território teria amplo acesso a bens, serviços e expressões culturais, caso ele seja católico acompanhará os ritos sem dificuldade, o deslocamento dentro do perímetro é orientado para veículos, mas pela variedade e proximidade é possível que resolva seu cotidiano a pé, caso precise se deslocar para os outros recortes algum meio de transporte será desejado.

O vivente da região do COTEC, também terá amplo acesso a bens de consumo, e serviços, as expressões culturais terão menos opções, porém o deslocamento para os outros recortes é facilitado pelas vias arteriais e caminhar pelo perímetro é agradável, caso ele more fora das vias principais terá a acessibilidade sem a poluição. Caso o vivente seja um comerciante ele estará no dito “centro comercial” da cidade em contraposição ao “centro histórico”.

Por fim, o vivente da região do IFG, para fazer esse exercício são necessárias muitas estratificações, caso seja um morador do Bauman, a cidade parece longe, transitar requer algum veículo e provavelmente será para fora do recorte. Caso seja morador da Vila Lyons, a cidade sempre foi longe, para acessar bens e serviços é necessário se deslocar, o acesso a expressões culturais é mantido pela tradição de festividades voltadas e mantidas pelos moradores.

Essa leitura busca fugir de colocar uma etiqueta que uma região é justa comparada com outra, mas a região é justa em si para quem a vive, com esse lastro, é possível tornar regiões menos injustas, melhorando seus passeios com calçadas sombreadas, um sistema de transporte que atenda a população também nos finais de semana, são ações que melhorarão a justiça das três regiões, para que a cidade seja consumida e vivida por mais pessoas.

4. COTEC, IFG E QUARTEL DO XX REALMENTE TÊM UM IMPACTO ECONÔMICO EM GOIÁS E NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA

4.1. O TERRITÓRIO DA CIDADANIA

É uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável, onde os municípios foram escolhidos por apresentarem semelhanças “econômicas e ambientais, que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica”. Suas ações buscam integrar as três esferas de governo mais a sociedade civil para o desenvolvimento regional. Fazem parte do território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho os municípios: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Heitoraí, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana, como representado na Figura 21.

A Figura 21 traz o tempo de deslocamento usando a cidade de Goiás como ponto de partida, aplicamos o deslocamento de uma hora por considerar um recorte temporal razoável para o percurso entre casa e local de formação. Consideramos também as ações itinerantes do COTEC. O deslocamento de uma hora até os municípios ampliaria a atuação do COTEC, aumentando sua região de cobertura.

Esse mapa completa o quadro de informações a nível regional (seguindo o raciocínio da edificação em si, da área de entorno às edificações e do alcance previsto pelos gestores), com a inserção das instituições, em destaque, dentro de uma política regional. O cruzamento da Figura 10, Figura 12 e Figura 21 sinaliza que as instituições ainda não chegaram em todos os municípios da bacia do Rio Vermelho.

Trazemos esse recorte regional para exemplificar a questão de planejamento a nível regional, e buscar entender, pela sobreposição de áreas de atuação, as potencialidades já

estruturadas a nível regulatório e não concretizadas. Por essa leitura Goiás, representado pelo COTEC e pelo IFG, possui potencial de centralidade na microrregião do Rio Vermelho.

4.2. DADOS DA DIMENSÃO ECONÔMICA

A análise do perfil de empreendimentos econômicos na zona urbana de Goiás permite um melhor entendimento do fluxo de bens e serviços no município. Sua espacialização é uma peça chave para as centralidades urbanas, como identificado na seção anterior, a área do COTEC e do Quartel do XX possuem concentrações de estabelecimentos comerciais acima da média Figura 5.

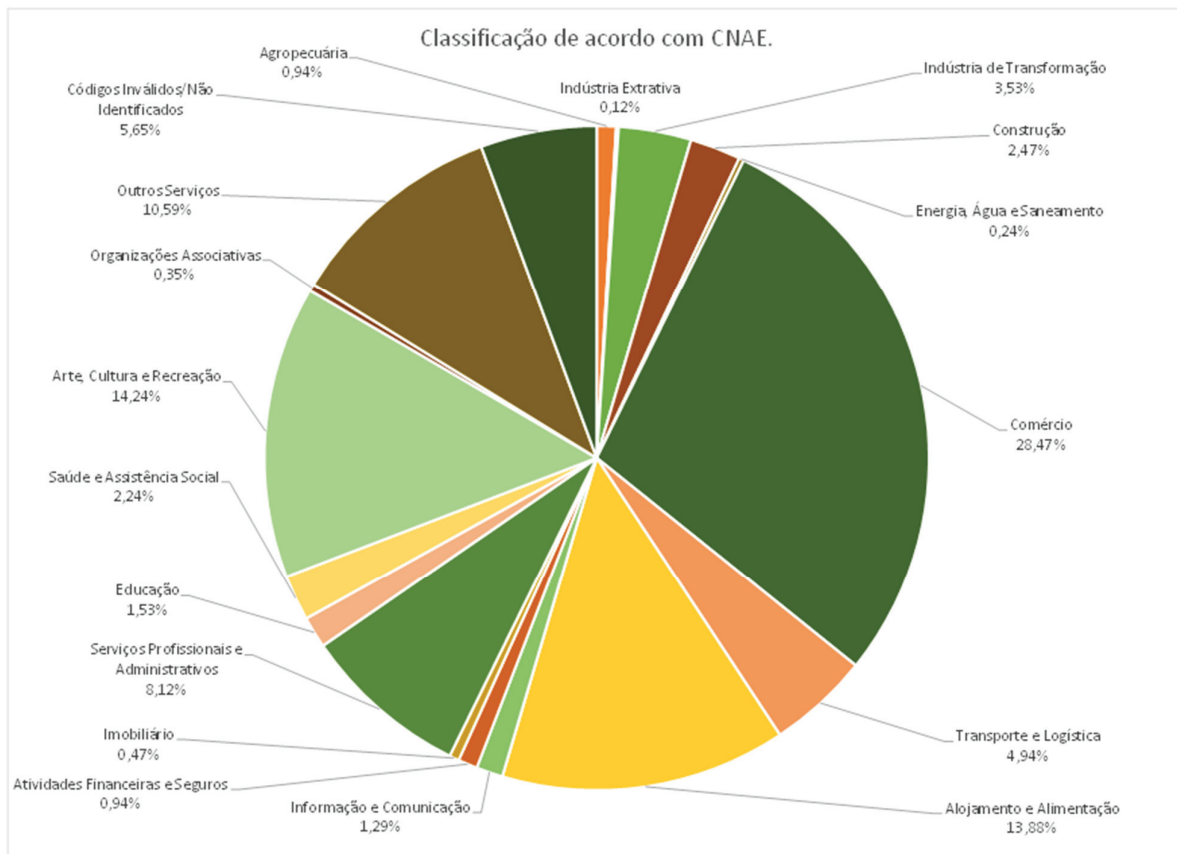
Nesta seção analisaremos o perfil dos empreendimentos a partir do CNPJ, pois dele podemos identificar a atividade econômica e a natureza jurídica. Com esses dados em mãos podemos analisar o perfil das empresas e comparar com os cursos ofertados pelo COTEC e pelo IFG.

Parte dos dados foram obtidos pelo portal da Receita Federal e parte obtida na Sala do Empreendedor, parceria entre Sebrae e prefeitura para simplificar a abertura, regularização e encerramento de empresas, em Goiás notamos um grande volume de Microempreendedores individuais (MEIs).

Do levantamento de acordo com o CNAE (Figura 22), destacamos as categorias “Saúde e assistência social; Arte, cultura e recreação; Agropecuária”, por serem grandes áreas de atividade econômica e possuem formação oferecida pelo COTEC e IFG (Tabela 6. Cursos de capacitação oferecidos pelo COTEC em Goiás, 2025 e Tabela 7. Cursos de qualificação oferecidos pelo COTEC em Goiás, 2025).

Investigando a fundo essas categorias encontramos CNAEs vinculados a serviços de agronomia e consultoria agropecuária, serviços de preparo de terreno, cultivo e colheita na grande categoria agropecuária; produção teatral, produção musical, atividades de sonorização e iluminação, atividades de apoio à produção artística e ensino de arte e cultura na categoria Arte e Cultura, serviços de assistência social sem alojamento e fabricação de produtos de panificação industrial. Sendo essas CNAEs com formações presentes no COTEC e IFG.

Figura 22. Classificação de acordo com CNAE



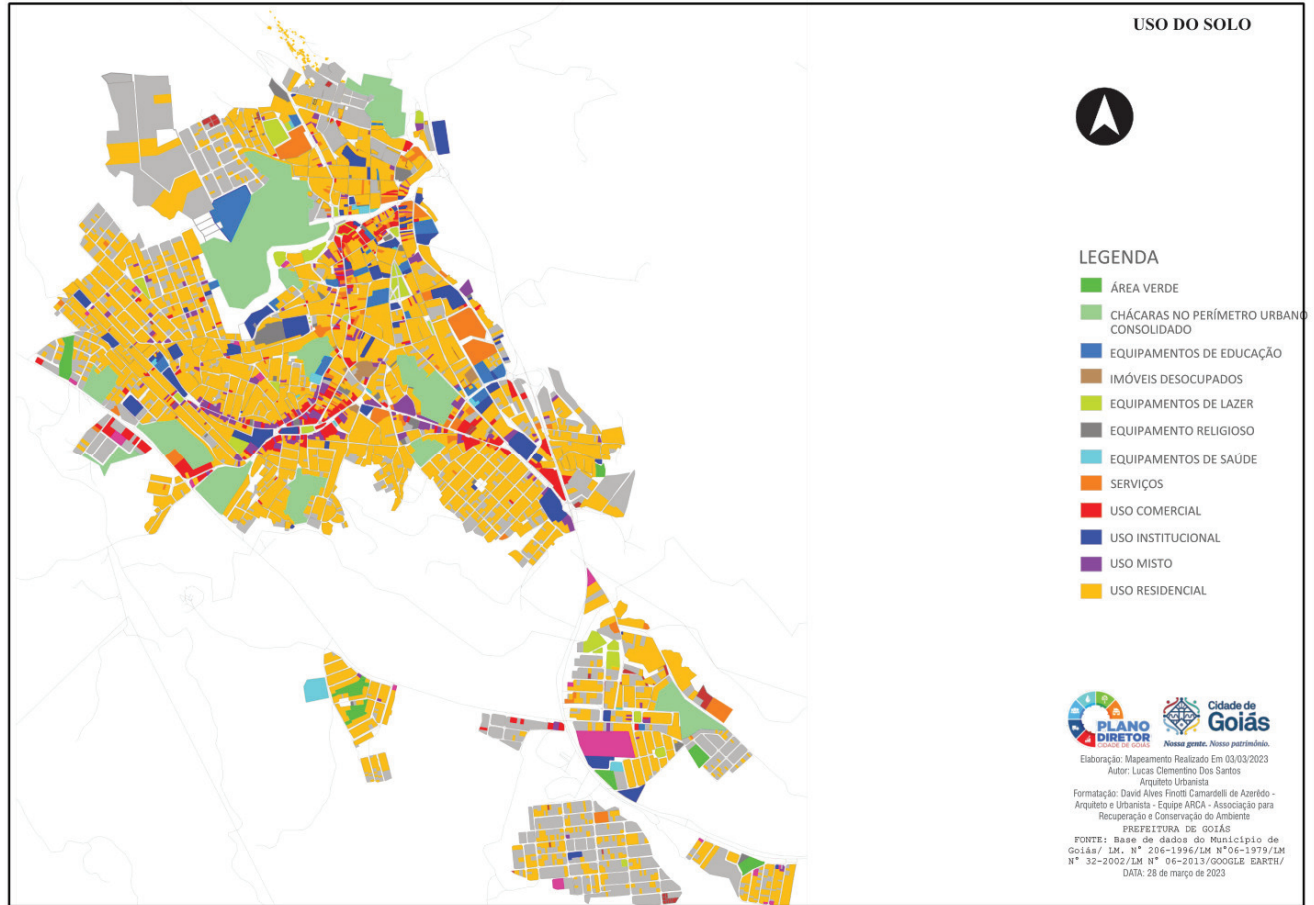
Fonte. Adaptado pelo Autor. (2025)

4.2.1. Uso do solo

O mapa de uso do solo é uma ferramenta de gestão urbana, por ele podemos entender como determinada área foi ocupada e qual o reflexo disso na sociedade (da SILVA. 2024). Esse mapa é resultado entre a interação dos três atores construtores da cidade, poder público, sociedade civil e poder financeiro.

Como a Figura 23 indica, é possível traçar eixos a partir do uso comercial e de uso misto (integrando comércio com residência). A área de estudo do COTEC e do Quartel do XX estão nessa linha. Reforçando que as duas regiões estão inseridas dentro do eixo comercial e comparado com a Figura 6 indica uma confirmação entre a concentração de empreendimentos comerciais com o mapa de uso do solo. Olhando para a região do IFG, sua ocupação apresenta poucos estabelecimentos comerciais, proporcional a quantidades de pessoas que moram na região.

Figura 23. Mapa de uso do solo



Fonte. SEPLAM. (2023a)

4.2.2. Empregos disponíveis

O levantamento de empregos disponíveis parte da intenção de entender a localização dos postos de trabalho em relação aos fluxos da cidade. A localização de comércios e serviços em vias de maior fluxo de pessoas em parte por nessa região possuir grande fluxo de pessoas, comércios e serviços, e se retroalimenta, pois mais pessoas passando pelo mesmo lugar gera maior possibilidade de aberturas de novos comércios e serviços.

Dentro do contexto de centralidades urbanas, para um região atrair o mercado consumidor é necessário mais que ela seja designada como zona comercial. Para realizar o levantamento dos comércios e serviços na cidade buscamos a sala do empreendedor da Prefeitura de Goiás, onde conseguimos a localização, tipo de comércio, serviço prestado e porte do empreendimento. Desses dados conseguimos derivar valores mínimos e máximos

para postos de trabalho e volume comercial, usando a classificação presente na Lei complementar nº 128 de 2008 (BRASIL. 2008)

Classificação por Tipo de Empresa:

a) Por Setor:

- a. Comercial
- b. Industrial
- c. Rural
- d. Prestação de serviços

b) Pela Forma Jurídica:

- a. Empresa Individual (industrial e/ou comercial) – Uma pessoa.
- b. Sociedade Comercial Ltda. (industrial e/ou comercial) – Dois ou mais sócios.
- c. Sociedade Civil Ltda (Prestação de serviços) – Dois ou mais sócios.
- d. Sociedade Anônima (não pode ser microempresa)

Tabela 13. Classificação das empresas pelo porte

Porte Da Empresa	Pelo Porte	
	Comércio E Serviços	Indústria
Micro Empreendedor Individual	Até 2 postos de trabalho	Até 2 postos de trabalho
Microempresa	Até 9 postos de trabalho	Até 19 postos de trabalho
Empresa De Pequeno Porte	Entre 10 e 49 postos de trabalho	Entre 20 e 99 postos de trabalho
Empresa De Médio Porte	Entre 50 e 99 postos de trabalho	Entre 100 e 499 postos de trabalho
Empresa De Grande Porte	Acima de 99 postos de trabalho	Acima de 499 postos de trabalho

Fonte. Adaptado pelo autor. (2025)

Tabela 14. Classificação das empresas pelo porte

Pelo Faturamento Bruto Anual		
Porte Da Empresa	Estatuto	Simplex Federal
Micro Empreendedor Individual	Até R\$36.000,00 por ano	Até R\$36.000,00 por ano
Microempresa	Até R\$244.000,00 por ano	Até R\$120.000,00 por ano
Empresa De Pequeno Porte	De R\$244.000,00 até R\$1.200.000 por ano	De R\$120.000,00 até R\$1.200.000 por ano

Fonte. Adaptado pelo autor. (2025)

4.2.3. Economia informal

A classificação de emprego informal assim como a economia informal de forma estrita são todas as pessoas que estão desamparadas pelas leis trabalhistas (CLT). Os feirantes, pedreiros, motoristas de aplicativos e profissionais de plataformas digitais são grupos que atuam de forma autônoma, sem CNPJ. Trabalho doméstico e trabalho rural sem carteira assinada também fazem parte da massa de trabalho informal por não terem acesso à benefícios como férias ou seguro-desemprego.

Utilizaremos a metodologia empregada pelo IBGE e pelo IPEA, que por sua vez segue as orientações da OIT.

Considerando as adaptações ao caso brasileiro, definiu-se como proxy das ocupações informais as seguintes categorias: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares. (OIT. 2012)

Aqui encontramos uma dificuldade metodológica. Não localizamos durante os percursos, identificação de prestação de serviço como pedreiros, trabalhadores domésticos, trabalhadores rurais ou profissionais de plataformas digitais. Associamos essa dificuldade a natureza do trabalho, e sua divulgação ocorrer por outros meios como boca a boca e plataforma digitais.

Identificamos uma pesquisa realizada pelo IBGE que entre outros dados mede o trabalho informal a PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

O principal objetivo é produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho e de características tais como idade, sexo e nível de instrução, bem como permitir o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país através da produção de dados anuais sobre outras

formas de trabalho, trabalho infantil, migração, entre outros temas. (IBGE. 2023)

O Instituto Mauro Borges também realiza pesquisas socioeconômicas no estado de Goiás, porém não localizamos dados sobre o trabalho informal ou mercado informal a nível municipal. Localizamos dados de 2023 validando a PNADC que indicaram uma redução de 39,2% para 39% no Brasil em 2023, e em Goiás saiu de 37,2% para 35,9%.

Dito isto, os dados localizados nos percursos foram de ponto de táxis, moto táxis e aplicativos de transporte que atuam na cidade de Goiás.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de múltiplas camadas sobre a centralidade das regiões estudadas foi uma tarefa complexa. Cada dimensão abordada tem particularidades de obtenção e interpretação. O resultado está para além da sobreposição de informações espaciais. Dessas leituras podemos melhor compreender a dinâmica urbana de Goiás, e gerar políticas públicas que promovam equidade.

A Análise Exploratória de Dados Espaciais (ESDA) possibilitou caracterizar sub centros através dos dados econômicos, a investigação das leis de criação de cada instituição possibilitou entender a nuance de suas missões, objetivos e como a cidade pode aproveitar esse cenário para tomar o protagonismo na região (seja território da Cidadania ou micro bacia do Rio Vermelho) como uma cidade polo de ensino superior e técnico. Por fim as informações sobre gestão territorial embasaram um entendimento dos fluxos locais e como as partes estudadas se relacionam entre si e com a cidade como um todo.

As três instituições possuem uma motivação política para estarem onde foram implantadas. O discurso de promoção do desenvolvimento local é fácil de ser dito pelos representantes para justificar a escolha da cidade. Disso é necessário a criação de ferramentas para a permanência de cada uma, e cabe à cidade (e seus atores) o contínuo debate sobre a permanência, e a forma de apropriação desses espaços, considerando uma política pública de sucesso aquela que consegue se fixar numa região, e ser incorporada ao cotidiano dos moradores.

Sabendo que as instituições de ensino formam majoritariamente para o mercado de trabalho, e este precisa de profissionais com capacitação operacional e a existência do COTEC

e IFG permite a formação sem ônus adicionais para as empresas, uma vez que há ensino em quatro níveis: capacitação, qualificação, ensino técnico, e ensino superior.

Tabela 15 - Diferença entre Capacitação, Qualificação, Ensino técnico e Ensino superior.

Modalidade	Empregabilidade	Objetivo	Duração
Capacitação	Atualização em competências específicas	Desenvolvimento pontual de habilidades para melhoria do desempenho em atividades profissionais existentes	40h a 159h
Qualificação	Preparação para desempenhar uma profissão	Formação para o exercício de uma profissão, com certificação reconhecida pelo Catálogo Nacional de Cursos	160h a 799h
Ensino Técnico	Atuação em profissões técnicas regulamentadas	Formação para o exercício de profissões técnicas de nível médio	mínimo 800h (1,5 a 2 anos)
Ensino Superior	Atuação em nível estratégico e ou gerencial	Formação de profissionais com visão crítica e capacidade de inovação e desenvolvimento científico e ou tecnológico	2.880h a 7.200h (3 a 6 anos)

Fonte: Com informações do COTEC. Artigo 43 da Lei 9394/ 96. Adaptado pelo Autor (2025)

Despontando Goiás na microrregião, da Bacia do Rio Vermelho e no Território da Cidadania do Rio Vermelho, como um município polo de formação profissional.

Identificamos que previamente houve na mesma área do COTEC um programa de ensino tecnológico, que passou por uma reformulação com a Secretaria da Retomada. Sobre a instalação do IFG os dados levantados são insuficientes para indicar uma motivação política para instalar um equipamento público de ensino desse porte num bairro afastado e com dificuldades de acesso existentes.

Houveram melhorias na região do Setor Residencial Bauman de 2017 a 2025, como a construção da cabeceira da ponte e aplicação de blocos intertravados em parte do bairro. Mesmo com essas dificuldades o IFG presta um papel necessário para a região, garantindo acesso a população da cidade à sua quadra e em breve ao teatro. Com isso podemos dizer que as adversidades presentes não impedem o IFG de expandir seus serviços a sociedade. Reforçando seu papel de política pública que visa o benefício da cidade e região.

Para conseguir caracterizar centralidades urbanas recorreremos a Souza e Kneib, onde a partir da ESDA podemos notar que o a área do COTEC e do Quartel do XX são subcentro e centro (respectivamente), o IFG não apresentou empresas e densidade de empresas

suficientes para ser caracterizado como subcentro. O Quartel do XX faz parte do centro histórico dentro do conjunto tombado pela relevância arquitetônica, hoje o prédio é utilizado pela secretaria de educação do município e ponto turístico, não possui protagonismo na região mas compõe a paisagem dentro da arquitetura do Largo do Chafariz, e o tímido monumento aos soldados da guerra do Paraguai passa batido por muito dos transeuntes.

De acordo com a metodologia proposta por Souza e Kneib, a região do COTEC é um subcentro, devido a concentração de empresas porém a implantação do COTEC parece não ter alterado a região, na forma de mudanças significativas para o entorno imediato. A incerteza da entrega do prédio do COTEC dentro do prazo foi uma dúvida no início da pesquisa, os atrasos que ocorreram podem ser lidos como mais tempo para o poder econômico local se adequar à nova estrutura.

Dito isto podemos concluir que a região que o COTEC foi implantado já era um subcentro consolidado na cidade, e sua implantação veio modernizar um equipamento semelhante já existente, logo a edificação por si não apresentou elementos para alterar o entorno. Pela dinâmica do município é possível ver uma movimentação de ocupação da região do Setor João Francisco por parte do poder municipal. A reforma da UPA para acomodar equipamentos de saúde municipal, a adequação da Escola Dom Abel para ser o Centro Administrativo e Secretaria de Saúde, a reforma da Praça Jornalista Goiás do Couto (a praça do João Francisco), são os indicadores que o setor possui protagonismo nessa gestão.

A leitura do viés econômico surpreendeu, a quantidade de empresas existentes no município sendo maior que o esperado, e uma das justificativas são os Microempreendedores Individuais. De acordo com a visita a Sala do Empreendedor parte dos MEI são criados para que os prestadores de serviço possam participar de eventos regulares que ocorrem na cidade, como o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), o Carnaval promovido pela prefeitura, Festival Gastronômico, para citar alguns.

A leitura das regiões pela teoria da Justiça espacial permitiu entender que a cidade de Goiás é um campo em disputa e seus atores tem peso diferente nas decisões. A identificação das injustiças nas áreas estudadas permite um ajuste de conduta na construção da cidade tendo o poder público, como mediador entre o poder econômico e a sociedade civil, numa direção que promova justiça levando em consideração o desequilíbrio dos poderes dos três protagonistas na construção da cidade.

No caso de Goiás a injustiça com as próximas gerações devido à forma de gestão do meio natural é pulsante, a região bioclimática que a cidade foi erguida pede por mais espaços arborizados, e um melhor tratamento dos recursos hídricos. Para além da qualidade de vida, é rentável que a cidade seja agradável para andar, com mais pessoas caminhando há incentivo ao consumo cultural e financeiro.

A análise das expectativas de instituição indica que ainda falta muito para o pleno funcionamento do IFG, hoje com o quadro de funcionários e os cursos ofertados pode atender até 600 estudantes sendo que o prédio foi desenhado para atender até 1.500. Mesmo com os postos de trabalho vagos, o IFG amplia o leque de alternativas de atendimento a sociedade ao ofertar a quadra coberta e em breve, o teatro.

A definição de pleno funcionamento do COTEC como política estadual seria a cobertura de 100% dos municípios. Os dados obtidos são insuficientes para definir qual a cobertura do COTEC da cidade, a possibilidade de ações itinerantes e cursos híbridos (parte presenciais e parte ensino a distância) amplia as formas de atender a missão de executar a “política de Educação Profissional Tecnológica e Inovação”.

A localização da nova sede do COTEC Goiandira Ayres do Couto é um ponto positivo. Como dito anteriormente, está inserido num subcentro da cidade, está próximo da rodovia que leva em direção ao Mato Grosso.

Em suma, esta pesquisa contribui para a compreensão da complexa dinâmica urbana de Goiás, destacando os desafios e oportunidades que a cidade enfrenta em relação à justiça espacial e ao desenvolvimento socioeconômico. As reflexões sobre a influência do COTEC e do IFG na organização territorial e social demonstram a necessidade de uma gestão urbana mais participativa e inclusiva, capaz de promover o bem-estar de todos os cidadãos e garantir um futuro sustentável para Goiás. A investigação abre caminho para novas pesquisas que aprofundem a análise dos espaços públicos, da circulação de bens e serviços e das políticas públicas no contexto do desenvolvimento urbano de cidades pequenas e médias brasileiras.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. **A educação é o caminho do futuro do País. E os professores vão construí-lo, diz Lula.** Agência Gov. [2023]. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/a-educacao-e-o-caminho-do-futuro-do-pais-e-os-professores-va-construi-lo-diz-lula>. Acesso em: 28 de abril.

BASTOS, Jacqueline Maria; NUNES, Rogério da Silva. **Expansão da educação superior: avaliação do impacto do Reuni na Universidade Federal de Santa Catarina.** Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 11, n. 00, p. e025049, [2024]. DOI: 10.20396/riesup.v11i00.8675486. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8675486>. Acesso em: 28 de abril.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 de abril.

_____. **Decreto Lei 5.452, de 1 de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Presidência da República. [1943]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 19 de abril de 2025.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 7, 25 abr. [2007]. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 28 de abril.

_____. **Decreto-lei nº 1.171, de 22 de junho de 1994.** Código de ética do servidor público. Brasília, DF: Presidência da República, [1994]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 28 de abril.

_____. **Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008.** Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212 [...]. Brasília: Presidência da República. [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 19 de abril de 2025.

_____. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 de julho.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Estatuto das Cidades. Brasília: Presidência da República. [2001] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 19 de abril de 2025

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior[...]. Brasília: Presidência da República. [2005]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 30 de abril

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 30 de abril

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 30 de abril

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 30 de abril

_____. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112compilado.htm. Acessado em: 28 de abril.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília: Presidência da República. [2002]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acessado em: 19 de abril de 2025.

_____. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.** Dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural, a liquidação de créditos concedidos a assentados da reforma agrária e a regularização fundiária na Amazônia Legal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 19 de abril de 2025

_____. **Territórios da Cidadania:** proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Brasília: MDA. [2008b]. disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%252525C3%252525B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>. Acesso em: 19 de abril

CASQUEIRO, Mayara Lima; Irffi, Guilherme; da Silva, Cristiano da Costa. **A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais.** Campinas. Campinas. Avaliação, ed. 25, Jan-abr, [2020]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/MpxxT5FmyDYkDkWtJZkpygB/>. Acesso em: 29 de abril

CETT. **Obras do novo Colégio Tecnológico na cidade de Goiás avançam.** Goiânia. [2024]. Disponível em: <https://site.cett.org.br/noticias-cett/201-cotec-cettufg-goias-colegio-ser-governo>. Acesso em: 30 de abril

DA SILVA, João Victor Araújo. **Mapeamento da evolução histórica do uso e ocupação do solo no município de João Pessoa, Paraíba de 1985 a 2022.** in Geopauta. Vol 8. [2024] disponível em: https://www.ueg.br/campuscoracoralina/conteudo/4689_apresentacao. Acessado em: 22 de abril.

DA SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro, CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. **Projetos em disputa na definição das políticas da formação de professores para a educação básica.** in Revista Práxis Educacional, vol. 17, núm. 46, pp. 89-104, [2021]. disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6954/695474085006/html/>. Acesso em: 28 de abril.

GERVAIS-LAMBONY, Phillipe. A justiça espacial, experiências e pistas de pesquisa. Org. Carlos, Ana Fani Alessandri, Alves, Glória da Anunciação, Padua, Rafael Faleiros de. **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, pág. 192. [2017].

GOIÁS. **Lei Nº 20.976, de 2021.** Cria e denomina as Escolas do Futuro do Estado de Goiás - EFGs e os Colégios Tecnológicos do Estado de Goiás. Goiânia, GO. [2021]. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103915/lei-20976. Acesso em: 01 de Junho

GONÇALVES, Carla Agda. **Acesso à educação superior: O significado do Reuni para os discentes na particularidade da UFG/RG.** [2014]. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2014/Modalidade_1datahora_11_08_2014_12_02_42_idinscrito_32677_4f0009901d868b98f69ced87753b0614.pdf. Acesso em: 28 de abril.

IBGE. **Outras Formas de Trabalho 2022.** Rio de Janeiro: IBGE. [2023]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102020>. Acessado em: 19 de abril de 2025.

_____. **Regiões de influência das cidades: 2018.** IBGE, Coordenação de Geografia: Rio de Janeiro. (2020). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 05 de maio

IPEA. **Universidades - expansão para o interior - Governo inicia processo de descentralização do ensino superior.** in: Desafios do desenvolvimento. Ano 7. ed 58.[2010]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1274:c_atid=28&Itemid=23. Acesso em: 29 de abril.

IPHAN. **Goiás (GO).** [2014]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/362/>. Acessado em: 21 de abril de 2025.

MARAFON, Glaucio José. O espaço urbano: a abordagem da escola de Chicago e da escola Marxista. **Ciência e Natura**, Santa Maria, ed. 18, pág. 149 a 181, [1996]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231201168.pdf>. Acesso em: 04 de maio

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 2.488, De 21 De Outubro De 2011. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Gabinete do Ministro. [2011]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 07 de julho.

NITO, M. K. da S. Entorno de bens tombados e desafios entre legislação, técnica e valores urbanos. **arq.urb**, [S. l.], n. 26, p. 138–157, 2019. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/31>. Acesso em: 04 de maio.

OIT. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação.** Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, Escritório no Brasil. [2012]. 412 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_234424.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2025.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. A percepção da mudança: os registros na cidade de Goiás. In **História**. São Paulo. V. 31, n. 1, pg. 189 a 208, jan/jun. [2011] ISSN 1980-4369. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/51e174f7-8789-4a83-bfab-520d721b9f5a>. Acesso em: 05 de maio.

SEPLAM. **Caderno de Diagnóstico Plano Diretor**. Goiás: Prefeitura de Goiás. [2023a]. disponível em: <https://goias.go.gov.br/web/plano-diretor/>. Acessado em: 24 de abril

_____. **Caderno de Diretrizes do Plano Diretor**. Goiás: Prefeitura de Goiás. [2023b]. disponível em: <https://goias.go.gov.br/web/plano-diretor/>. Acessado em: 26 de abril

SOUSA, Tânia Regina Martins. **A escola de aprendizes artífices do estado de Goiás: o ensino profissional no projeto de modernização da sociedade brasileira (1909 a 1926)**. Dissertação. Uberlândia, MG. [2020]. disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29412>. Acesso em: 03 de maio

SOUZA, Moisés John dos Santos Alves; KNEIB, Erika Cristine. Proposta De Procedimento Metodológico Para Identificação De Subcentros Urbanos. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 85, p. 293–314, 2022. DOI: [10.14393/RCG238557963](https://doi.org/10.14393/RCG238557963). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/57963>. Acesso em: 10 de maio.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, [1998].

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Vasconcelos, P. A.; Corrêa, R. L.; Pintaui, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea. Segregação espacial**. – São Paulo: Contexto, [2013]. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2196>. Acesso em: 21 jul. 2024.

VIDAL, Laurent. **Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII**. in HISTÓRIA, São Paulo, 28 (1). [2009]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/xQR9h9Md3WdWwhmtJ3MGS3G/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 04 de maio.